



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

A UNIÃO EUROPEIA E A CHINA NO DESENVOLVIMENTO
INDUSTRIAL DA ETIÓPIA: ABORDAGENS
COMPARATIVAS

RODRIGO GONÇALVES FERREIRA DO AMARAL

OUTUBRO - 2019



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

A UNIÃO EUROPEIA E A CHINA NO DESENVOLVIMENTO
INDUSTRIAL DA ETIÓPIA: ABORDAGENS
COMPARATIVAS

RODRIGO GONÇALVES FERREIRA DO AMARAL

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR MANUEL ENNES FERREIRA

OUTUBRO - 2019

*Aos meus avós,
Adelaide e Fernando, Maria José e António,
inspirações para toda a vida.*

*“The wisdom thought us by our Ethiopianess is not to be overcome by temporary
obstacles but rather to change the trials we face into opportunities and desirable
accidents and achieve victory.”*

Abiy Ahmed, Primeiro-Ministro da República Democrática Federal da Etiópia

Abril de 2018, Parlamento da Etiópia, Addis Abeba

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Manuel Ennes Ferreira pela disponibilidade imediata, pela partilha de contributos e pela oportunidade da sua orientação. Foi durante as suas aulas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento que despertei para o tema agora apresentado.

Ao Corpo Docente do Mestrado de Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG, em especial ao Professor Luís Mah pelo incentivo e audácia que sempre demonstrou.

Ao Professor António Queirós pela troca de impressões e entusiasmo.

Ao Ricardo Santos Lopes pelo apoio, ânimo e compreensão ao longo deste processo, assim como um agradecimento aos meus colegas da idD.

Aos meus amigos pelas conversas sobre o tema e alento. À Eugénia e ao Cesário pela ajuda e disponibilidade.

À minha família pelo acompanhamento na concretização de mais uma etapa, em particular aos meus pais, Alice e Rui, e à minha irmã Mariana, pela confiança e força incondicional.

À Carolina por tudo!

RESUMO

A cooperação internacional para o desenvolvimento enfrenta, atualmente, uma mudança de paradigma influenciada pela emergência de novos doadores que se diferenciam dos padrões adotados pelos doadores tradicionais.

Através de uma abordagem comparativa, esta dissertação tem como objetivo expor e analisar as estratégias da União Europeia e da China em África, com ênfase no apoio dado ao desenvolvimento industrial da Etiópia desde 2010. Para além do debate em torno da Cooperação Sul-Sul, pretende-se apresentar as oportunidades para a cooperação complementar entre a União Europeia e a China em África.

Assim, analisando a estratégia adotada pela Etiópia no processo de industrialização em curso - em particular na especialização da indústria manufatureira e na implementação de parques industriais -, pretende-se demonstrar os esforços realizados por este país no desenvolvimento de infraestruturas, no acesso aos mercados externos e na atração de investimento, bem como compreender o apoio da União Europeia e da China no desenvolvimento da Etiópia.

Palavras-chave: África; Ajuda Pública ao Desenvolvimento; China; Cooperação Sul-Sul; Etiópia; Industrialização; Manufatura; Parques Industriais; União Europeia.

ABSTRACT

International development cooperation is currently facing a paradigm shift, influenced by the emergence of new donors who differ from the standards adopted by the traditional donors.

Through a comparative approach, this dissertation aims to expose and analyse the strategies used by the European Union and China in Africa, with emphasis on the support given by these actors to the industrial development of Ethiopia, since 2010. Apart from the debate about South-South Cooperation, it seeks to explore the opportunities for complementary cooperation between the European Union and China in Africa.

Thus, by analysing the strategy adopted by Ethiopia in its industrialisation ongoing process - particularly in the specialisation of the manufacturing industry and the implementation of industrial parks -, this dissertation intends to demonstrate the efforts made by this country in infrastructural development, accessing foreign markets and attracting investment, and to understand the support given by the European Union and China to the development of Ethiopia.

Key words: Africa; Official Development Assistance; China; South-South Cooperation; Ethiopia; Industrialisation; Manufacture; Industrial Parks; European Union.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ACRÓNIMOS	vii
I. INTRODUÇÃO	1
II. A UNIÃO EUROPEIA E A CHINA EM ÁFRICA: ANÁLISE COMPARATIVA DOS MODELOS E DOMÍNIOS DE COOPERAÇÃO	3
2.1. As políticas de cooperação da União Europeia em África: estratégias, prioridades e domínios	3
2.2. As parcerias da China em África: estratégias, prioridades e domínios	6
2.3. A União Europeia e a China em África: é possível a cooperação complementar?...	10
III. O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA ETIÓPIA: A INTENÇÃO DE CRIAR UM <i>HUB</i> MUNDIAL DE INDÚSTRIA MANUFATUREIRA	13
3.1. O processo de industrialização na Etiópia: prioridades das políticas económicas...	13
3.2. A implementação de Zonas Económicas Especiais: casos de sucesso	16
3.3. O acesso aos mercados externos e a atração de investimento direto estrangeiro: fatores competitivos	18
IV. A UNIÃO EUROPEIA E A CHINA NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA ETIÓPIA	21
4.1. A cooperação da UE na Etiópia: os pilares de uma estratégia conjunta	21
4.2. O efeito chinês nas políticas de desenvolvimento industrial da Etiópia	24
V. CONCLUSÃO	27
BIBLIOGRAFIA	viii
ANEXOS	xiv
Anexo I - Quadro geral da cooperação da UE com África - convenções e acordos	xiv
Anexo II - Cronologia das relações da UE com os países ACP	xv
Anexo III - Acordos comerciais, convénios e regimes em vigor entre África e a UE	xvi
Anexo IV - Perceção da China em África	xvii
Anexo V - Metas selecionadas do GTP II (2015-2020)	xviii
Anexo VI - Evolução mundial das Zonas Económicas Especiais entre 1975 e 2018	xxii
Anexo VII - Distribuição dos parques indústrias federais da Etiópia	xxiii
Anexo VIII – Mapa do investimento direto estrangeiro em África em 2018	xxiv

ACRÓNIMOS

ACP	África, Caraíbas e Pacífico
AfCFTA	Acordo de Livre Comércio Continental Africano
AGOA	African Growth and Opportunity Act
AIIB	Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BEI	Banco Europeu de Investimento
BM	Banco Mundial
BRI	Belt and Road Initiative
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CAFIC	Fundo de Cooperação Industrial China-África
CEE	Comunidade Económica Europeia
DDA	Doha Development Agenda
DEVCO	Direção-Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento
EBA	Everything but Arms
ECAUE	Estratégia Conjunta África - UE
EPRDF	Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope
EUA	Estados Unidos da América
EUROSTAT	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
G77	Grupo das Nações Unidas (134 nações em desenvolvimento)
GTP I	Growth and Transformation Plan I (2010-2015)
GTP II	Growth and Transformation Plan II (2015-2020)
IPDC	Ethiopian Industrial Parks Development Corporation
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEC	Observatório da Complexidade Económica
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
SEAE	Serviço Europeu para a Ação Externa
STABEX	Sistema de Estabilização das Receitas de Exportação dos Países ACP
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UA	União Africana
UE	União Europeia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
URSS	União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas
ZEE	Zona Económica Especial

I. INTRODUÇÃO

Observando como ponto de partida a construção do conceito de Cooperação Sul-Sul, impulsionado de forma determinante pelo processo de descolonização em África - entre o final dos anos 50 e 70 do século XX (período marcado pelo esforço de não-alinhamento dos países africanos com a bipolaridade internacional durante a Guerra-Fria¹), esta dissertação pretende contribuir para o debate em torno da *diferenciação dos padrões* (Shanghai Institute for European Studies, 2018) de cooperação entre a União Europeia (UE) e a República Popular da China - doravante China - no apoio ao desenvolvimento, especialmente em África, através do processo em curso de desenvolvimento industrial na Etiópia.

Desde o *Point Four* do Presidente norte-americano Harry S. Truman, em 1949², até ao início do século XXI, com o compromisso mundial dos ODM, a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento têm evoluído para novas dinâmicas e abordagens que, segundo alguns autores (A. Dreher, 2011; D. Moyo, 2012; F. Quadir, 2013; I. Rosa, 2015), podem ser associadas ao surgimento de novos doadores internacionais em paralelo com a diminuição gradual da influência geopolítica e económica dos países ocidentais, sobretudo desde o eclodir da crise financeira internacional de 2008.

A ascensão de novos atores no quadro internacional tem influenciado o debate académico relativamente ao afastamento das políticas estabelecidas pelo Consenso de Washington, desde 1990³ nos países em desenvolvimento. Na base deste debate devemos considerar as múltiplas alterações que o atual sistema geopolítico internacional tem enfrentado na última década, influenciadas em grande medida pelo surgimento de novas potências mundiais, especialmente entre os países asiáticos - China e Índia - aos quais são associados contrastes com a ajuda praticada pelos declarados doadores tradicionais, nomeadamente na Europa e EUA, membros maioritários na OCDE-CAD. Este facto,

¹ Papel determinante das Conferências de Bandung (1955) e da criação do G77 (1964).

² Discurso que introduziu a *era do desenvolvimento*.

³ Designação surgida em 1990 na sequência da realização de uma conferência com o objetivo de avaliar o progresso alcançado pelos países da América Latina e Caraíbas nos anos 80 durante a crise da dívida. Esta conferência reuniu consenso na implementação de dez políticas de ajustamento estrutural nos países em desenvolvimento.

associado ao surgimento de parcerias estratégicas no domínio da Cooperação Sul-Sul, tem sido apontada por diferentes autores como a constatação do sucesso global das políticas de internacionalização económica da China - principalmente em África - com ações sustentadas no Consenso de Pequim⁴ (Ramo, 2004).

Neste âmbito, considerando a atenção que o tema tem despertado entre diversas áreas de interesse, mas também pela possibilidade de podermos estar a assistir à projeção de um novo paradigma internacional no âmbito do Desenvolvimento e Cooperação Internacional, esta dissertação tem por objetivo confrontar as principais contribuições de diferentes autores, com base numa leitura atual, imparcial e objetiva.

Ao longo deste estudo será tido em conta o impacto que o atual panorama internacional - marcado pela imprevisibilidade e multilateralismo - tem na estratégia de desenvolvimento da Etiópia entre o conjunto dos países africanos.

Paralelamente, analisará as políticas públicas e planos económicos adotadas pelo governo da Etiópia ao longo da última década marcada pelos “Growth & Transformation Plan I - II” (2010-2020). A transformação económica, a edificação de infraestruturas públicas, o desenvolvimento agrícola e o aceleramento industrial são as bases deste plano com o fito de transformar a Etiópia num *hub* regional e mundial de manufatura, contribuindo para o alcance do nível de renda média-baixa do país em 2025. Por último, observaremos também em que medida é que as reformas adotadas são apoiadas pela UE e pela China.

Deste modo, esta dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos: o capítulo II analisará as políticas, mecanismos e prioridades da UE e da China em África; no capítulo III expomos o caso de estudo da Etiópia e do seu desenvolvimento económico com enfoque no processo de industrialização; o capítulo IV procurará explorar o papel da UE e da China no processo de industrialização da Etiópia; por último a conclusão.

⁴ Expressão introduzida por J. Ramo, em 2004, assente na alternativa que o modelo crescimento económico chinês representa face ao ocidental, influenciando os países em desenvolvimento e desafiando os princípios do Consenso de Washington: “What is happening in China at the moment is not only a model for China, but has begun to remake the whole landscape of international development” (Ramo, 2004).

II. A UNIÃO EUROPEIA E A CHINA EM ÁFRICA: ANÁLISE COMPARATIVA DOS MODELOS E DOMÍNIOS DE COOPERAÇÃO

Este capítulo pretende caracterizar as políticas de cooperação da UE e da China em África, analisando, numa perspetiva geral, as estratégias e prioridades políticas e económicas adotadas no apoio ao desenvolvimento dos países africanos. Através de uma observação crítica e comparada das práticas de cooperação e dos seus impactos, estudamos também em que medida a China tem influenciado e/ou se tem aproximado da conceção da ajuda europeia em África e, neste âmbito, quais os principais desafios identificados nas abordagens vigentes e quais as oportunidades de convergência e cooperação complementar da UE e da China em África.

2.1. As políticas de cooperação da União Europeia em África: estratégias, prioridades e domínios

Durante a década de 50 do século XX, enquanto decorria o processo de descolonização europeu na maioria dos territórios africanos, tem início a promoção de uma estratégia de cooperação entre a Europa e África que deveria representar uma abordagem diferente que aproximasse europeus e africanos⁵, mantendo o interesse dos países fundadores da CEE nas antigas colónias (Faria, 2015).

Foi neste contexto que surgiu a estruturação de um novo modelo de parceria entre a Europa e África, vinculado através de convenções e de acordos gerais de cooperação que, desde então, se têm traduzido numa das mais duradouras relações no domínio da cooperação internacional (Anexo I), inicialmente através da Convenção de Yaoundé I e II (1964-1975) e depois da Convenções de Lomé I, II, III e IV (1975-2000).

Atualmente, as relações entre a UE e África (Anexo II), encontram-se enquadradas no Acordo de Cotonou (2000-2020)⁶ e na Estratégia Conjunta África-UE (ECAUE), sendo o Fundo Europeu de Desenvolvimento (instituído em 1957 com o Tratado de Roma) o principal instrumento financeiro de Ajuda Pública ao

⁵ Discurso de R. Schuman (1950) sobre a importância da Europa no desenvolvimento dos países africanos.

⁶ Decorrem negociações para um novo acordo após o fim da sua vigência - 28/02/2020 (Anexo II).

Desenvolvimento (APD) da UE em África, com um orçamento total de 30.5 mil milhões de euros (QFP 2014-2020).

Nas últimas duas décadas, sucedem-se iniciativas lideradas pelas instituições europeias que, do ponto de vista de alguns autores, demonstram a intenção da UE em condicionar os modelos políticos adotados (Mah, 2015) e impor os seus interesses “a parceiros mais fracos” (Carbone, 2011), através de uma tentativa de homogeneização da sua política externa em África “como um fim em si mesmo” ao invés de contribuir para dissipar dificuldades persistentes (Oliveira, 2007). Contudo, também é reconhecido que as duas partes têm vindo a demonstrar vontade de abertura, diálogo e compromisso para ultrapassar “estereótipos” e “paternalismos” existentes (Mackie e Williams, 2015).

Devemos ainda destacar a realização de cinco Cimeiras UE-África⁷ e a inclusão no Tratado de Lisboa (2007)⁸ da “cooperação para o desenvolvimento” como vertente prioritária da ação externa europeia. Fazem também parte da política de cooperação da UE com África um conjunto vasto de memorandos, como a *Estratégia da UE para a África* (2005), o *Consenso Europeu para o Desenvolvimento* (2006), a *Estratégia Conjunta África-UE* (2007), a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (2015), a *Estratégia Global da UE* (2016) e a *Comunicação sobre uma nova Aliança África - Europa para investimentos e empregos sustentáveis* (2018). Estes planos têm sido criticados em grande medida devido à “sua excessiva burocratização” (Mackie e Williams, 2015) mas também, segundo Carbone e Orbie (2014), pela “dicotomia entre normas e interesses” da UE em África.

A UE assume-se como principal parceiro estratégico de África, afirmando-se o “maior doador mundial de ajuda humanitária e ao desenvolvimento” (Comissão Europeia, 2017). De facto, em 2017, o conjunto das instituições da UE e dos seus Estados-Membros representaram mais de metade do total da APD a nível mundial - 57% entre os países doadores do CAD-OCDE (ver Figura 1), correspondendo a cerca de 75.7 mil milhões de euros (OCDE, 2018). Deste valor, em 2017, 32% da APD destinou-se exclusivamente para África, num total de 23.9 mil milhões de euros doados pela UE e pelos países da UE

⁷ Cairo (2000); Lisboa (2007); Trípoli (2010); Bruxelas (2014); Abidjan (2017). Prevê-se a realização da 6ª cimeira durante a presidência da UE por Portugal, no primeiro semestre de 2021.

⁸ Artigo 4.º, n.º 4, e artigos 208.º a 211.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE);

do CAD, principalmente a Alemanha, o Reino Unido e a França. Se a leitura for feita a nível individual, os EUA lideram a APD em África com 36% (11.1 mil milhões de dólares) em 2017 (OCDE, 2018).

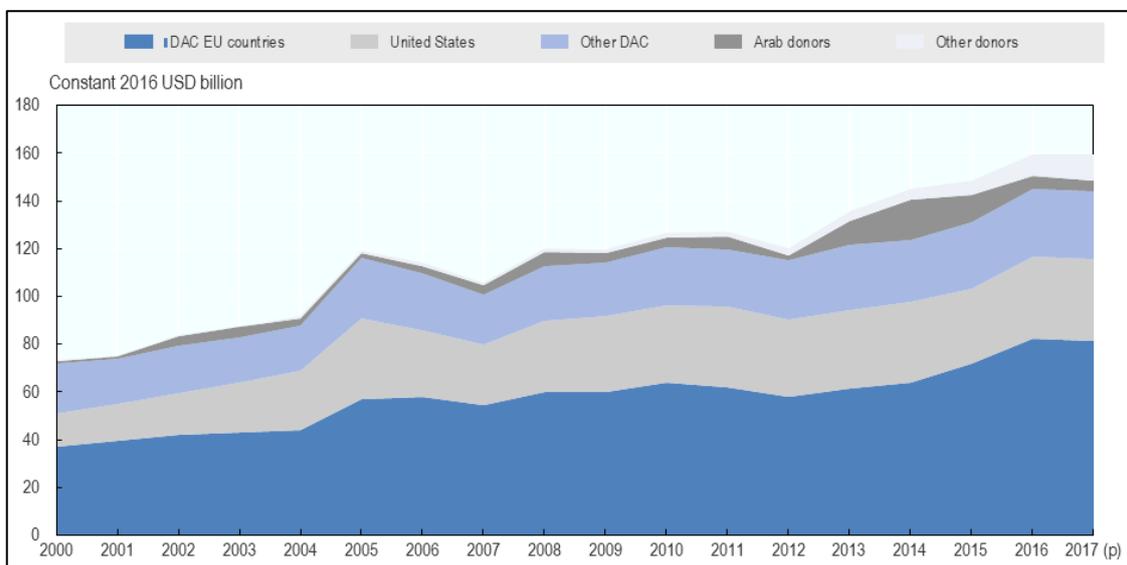


Figura 1: APD coletiva da UE comparada com doadores do CAD fora da UE em 2017 (OCDE, 2019).

Entre os principais países recetores da ajuda europeia em África, numa média dos últimos três anos, destacam-se o Níger, Mali, Etiópia, Quênia e Nigéria (OCDE, 2019). Numa outra vertente, a mesma tendência verifica-se no investimento direto estrangeiro (IDE), com 40% do total do investimento em África proveniente da UE, correspondendo a cerca 291 mil milhões de dólares em 2016 (Eurostat, 2018).

Mas é na “sinergia” entre o comércio e o desenvolvimento que a UE se demarca dos restantes *players* internacionais (Estratégia Global da UE, 2016). Em 2017, o bloco europeu foi, de acordo com os dados da Comissão Europeia e FMI (2018), o maior parceiro comercial de África com 36% do total do comércio de mercadorias, no valor de cerca 243 mil milhões de euros, sendo a UE destino de 37% das exportações africanas (110 mil milhões de euros). Pese embora a importância da UE no comércio com África, não deixa de ser surpreendente que os países africanos correspondam apenas a 7.5% da quota total do comércio externo da UE, igualando, a título de exemplo, as trocas comerciais da UE com a Suíça (Comissão Europeia e Eurostat, 2016).

Ainda assim, a negociação de novos regimes comerciais entre a UE e as regiões africanas (Anexo III), poderão ganhar um novo impulso com a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio Continental Africano (AfCFTA).

Porém, para além do comércio e governação, da migração e da luta contra o terrorismo, a UE tem vindo a alargar o âmbito dos programas de cooperação em África a novos domínios de interesse como a energia e infraestruturas, a mobilidade e o emprego, a igualdade de género, ou a segurança alimentar (DEVCO, 2019), acrescendo as várias missões militares enquadradas na Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)⁹.

Assim, se considerarmos que as motivações da UE se reveem nos fatores apontados por Ali, Banks e Parsons (2015), designadamente “(...) *trade interests, security interests, power political interests, development (...) political stability and democracy interests.*”, e que apesar desta continuar a ser um agente atrativo e indispensável para a maioria dos países africanos, o facto de manter a liderança na ajuda ao desenvolvimento em África não impossibilita que esta relação se apresente “fragmentada” e “desestabilizada” ou a caminho de uma “deriva continental” (Helly, 2013).

Importa agora compreender se estes cenários se devem apenas a motivações de conjuntura interna (modelos de cooperação que não conseguem corresponder aos princípios de igualdade entre parceiros, (Tindemand e Brems, 2016), ou se devemos associar esta “deriva” a fatores de natureza externa, nomeadamente à preferência pela presença chinesa em África e da Cooperação Sul-Sul causada principalmente pelo “esgotamento da relação tradicional” (Ferreira, 2007).

2.2. As parcerias da China em África: estratégias, prioridades e domínios

A China alavancou o seu modelo de “Economia Socialista de Mercado”, consagrado na Constituição chinesa através da implementação, em 1979, do “Programa das Quatro Modernizações” (indústria, agricultura, ciência, tecnologia e forças armadas), tendo desde então lançado dezenas de Zonas Económicas Especiais (ZEE) abertas a investimento estrangeiro (Ribeiro, 2015; Feng, 2018; e Queirós, 2018). É uma situação

⁹ Missões da UE em África: República Centro-Africana, Líbia, Mali, Níger e Somália (2019).

no mínimo curiosa, onde uma economia de mercado assenta num sistema político de partido único (Partido Comunista Chinês - PCC) e que tem permitido ao governo realizar reformas de médio e longo alcance sem oposição (Zhang e Chen, 2015; Lim, L., 2015).

Desde o fim da Revolução Cultural Chinesa, em 1976, a economia chinesa cresceu, em média, a um ritmo superior a 9% (Banco Mundial, 2018), transformando-se na segunda principal economia mundial, depois dos EUA. O crescimento rápido e contínuo da China, teve como consequência o aumento da procura e do consumo internos, provocando uma “corrida aos recursos globais”, principalmente devido à “sede” de recursos energéticos, maioritariamente localizados no continente africano (Moyo, 2012; Rotberg, 2013; Cabrera, 2016).

Diferentes investigadores têm-se debatido sobre as motivações da crescente influência e aproximação da China aos países africanos (Southall 2009; Moyo, 2012; Esposito e Tse, 2015), tentando analisar as principais implicações políticas e económicas das relações sino-africanas (Ayers, 2013), indiciando a forma *oportunista, extrativa e explorativa* (Rotberg, 2008) ou *desonesta* (Naím, 2007) da presença chinesa neste continente.

Não obstante, outra corrente de autores defende que a ajuda da China a países em desenvolvimento, especialmente em África, está envolta em mitos assentes em factos pejorativos e desproporcionados que têm sido replicados pela opinião pública e medias ocidentais, mas que não correspondem à estratégia e objetivos delineados pelos chineses em África (Carbone, 2011; Schiere, 2011; Quadir, 2013; Brautigam, 2015; Raposo, 2017). Este argumento tem ainda mais relevância se considerarmos que, atualmente, a China já ultrapassou o período mais “agressivo” de expansão e construção das suas infraestruturas económicas (Moyo, 2012) atravessando um período de moderação, “acalmia” e “frugalidade” (Thibault e Leplâtre, 2018).

O ceticismo existente, presumivelmente associado às divergências relativas à legitimidade da ajuda entre os doadores novos e tradicionais (Dreher et al., 2011), acaba por perder relevância quando analisada a perceção da ajuda chinesa pela população africana: 63% dos africanos considera que a influência na China é positiva para o seu país, sendo que 24% do total dos africanos inquiridos aponta a China como o melhor

modelo de desenvolvimento a seguir, antecedido apenas pelos EUA com 30% das preferências (Anexo IV, Afrobarometer, 2016)¹⁰.

Neste âmbito, a China, enquanto potência emergente, tem sido a principal promotora do estreitamento de relações no âmbito da Cooperação Sul-Sul, focando a sua intervenção no princípio de não-interferência e no benefício mútuo entre as partes (Carbone, 2011; Gu e Schiere, 2011). Talvez por esse motivo, os dados apresentados pelo *Afrobarometer* podem ser justificados pelo facto dos países africanos se sentirem mais atraídos pelo argumento da diversificação de parceiros como forma complementar à ajuda recebida pelos ditos parceiros tradicionais (Cooperação Norte-Sul), cujo apoio se tem vindo a demonstrar condicionado ao cumprimento de certos requisitos, nomeadamente, em matéria de boa-governança e direitos humanos (UNCTAD, 2010; Carbone, 2011).

Durante o século XX, a relação da China com África baseou-se no apoio aos movimentos independentistas que lideraram o processo de descolonização ocidental, financiando-os e fornecendo-lhes armamento, a par da URSS (Looy, 2006).

Adotando a abordagem de não ingerência, em 2000 é lançado o Fórum para a Cooperação China-África - FOCAC, com a participação de 51 países africanos e cinco objetivos: 1) tratamento igual entre as partes; 2) melhorar a compreensão mútua, 3) aumentar os consensos, 4) fortalecer as relações de amizade e 5) promover a cooperação.

Mediante encontros com os líderes africanos no FOCAC (já decorreram sete cimeiras desde 2000), a China garante, “sem paternalismos” (Carbone, 2011), ajuda externa para o desenvolvimento através de empréstimos sem garantias condicionadas, isto é, sem juros, assumindo-se como um parceiro preferencial no investimento em infraestruturas, por forma a facilitar o acesso aos mercados internacionais e garantir uma maior fluidez na entrada e saída de bens. Neste aspeto, a China é acusada pela comunidade internacional de falta de transparência, por negociar em larga escala uma estratégia de empréstimos de milhares de milhões de dólares, concedidos em troca do acesso aos recursos naturais africanos sem necessidade de pagamento, particularmente de recursos energéticos e minerais como petróleo e gás natural (Moyo, 2013).

¹⁰ Em comparação apenas 13% dos africanos veem nas antigas potências coloniais o melhor modelo de desenvolvimento.

Outra das preocupações da comunidade internacional prende-se com o facto das avultadas transferências financeiras chinesas para África - cerca de 143 mil milhões de dólares entre 2000 e 2017 (Fröhlich, 2019) - comprometerem a dívida externa desses países, tornando-a insustentável e dependente de um só credor - a China (Donahue, 2018). Em 2017 a dívida pública na África Subsariana era, em média, 57% do PIB, correspondendo a um aumento de 20% em cinco anos (FMI, 2017), estando a Etiópia, os Camarões e Zâmbia, entre outros, sinalizados pelo FMI como países com alto risco de endividamento.

A última cimeira do FOCAC em 2018 culminou com a assinatura da Declaração de Pequim e do Plano de Ação de Pequim (2019-2021). Esta começa por reiterar a importância de garantir um sistema comercial multilateral e aberto em oposição ao protecionismo e projeta oito iniciativas abrangentes em áreas como a promoção industrial, a conectividade de infraestruturas, a simplificação do comércio, o desenvolvimento sustentável, a saúde e a segurança regional¹¹. Destaca-se ainda o discurso de abertura de Xi Jinping, sinalizando que “a parceria China-África inspirou os parceiros internacionais a voltar sua atenção para África e a aumentar suas contribuições e cooperação com o continente africano”, numa clara referência aos países ocidentais.

Para alguns autores, a China é atualmente o único país com uma visão estratégica global para o comércio e investimento (Donahue, 2018). A iniciativa da “Nova Rota da Seda - Uma Faixa, Uma Rota” (BRI na sigla em inglês), revelada inicialmente pelo Presidente Xi Jinping em 2013 é um bom exemplo desta visão. Esta pretende promover uma rota marítima e uma rota terrestre com corredores económicos transfronteiriços. Atualmente, a BRI representa o expoente máximo da política externa chinesa, ajudando a legitimar a sua influência global e a atingir outros domínios para além de infraestruturas e investimentos (Duarte, 2016; Brinza, 2018). Em consequência desta estratégia, a China lança, no final de 2015, o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (AIIB - sigla em inglês)¹², destinado apoiar o desenvolvimento de projetos de infraestruturas.

¹¹ A China é atualmente o maior contribuinte para as operações de paz da ONU em África.

¹² Nos primeiros três anos de atividade o AIIB aprovou o financiamento de projetos na ordem dos 7.5 mil milhões de USD.

Para as autoridades chinesas, com a exceção da política “Uma só China”¹³, não existe outro tipo de condicionalismos na sua ajuda externa. Neste sentido para a China, o conceito de APD é mais abrangente, ou seja, os chineses consideram que, além da ajuda externa, as relações comerciais, o investimento público e privado, estão interligados (Carbone, 2011; Iwata, 2012; Brautigam, 2015).

Assim, dados relativos a 2016 indicam que a China dedicou 3,6 mil milhões de dólares à ajuda externa para o desenvolvimento (OCDE, 2018), correspondendo 62% à ajuda em África - 2,25 mil milhões de dólares (Johns Hopkins China-Africa Research Initiative, 2019). Relativamente à balança comercial com África, em 2018, a China importou dos países africanos um total de 99,28 mil milhões de dólares – sendo Angola (29%) e a África do Sul (27%) os principais fornecedores - tendo exportado cerca de 105 mil milhões de dólares - África do Sul (18%), Nigéria (11%), Egito (9.5%) e a Argélia (9.2%), entre outros. Por seu turno, o investimento direto estrangeiro chinês em África atingiu um total de cerca de 43,3 mil milhões de dólares em 2017 - sendo os principais destinos a África do Sul, a Nigéria, a República Democrática do Congo, Angola e a Etiópia, concentrando o investimento nos setores da construção (29.8%), das minas (22.5%) e da manufatura (14%), (Johns Hopkins China-Africa Research Initiative, 2019).

2.3. A União Europeia e a China em África: é possível a cooperação complementar?

Quando comparado com outros países e blocos regionais, o papel da UE enquanto parceiro preferencial em África tem vindo a diminuir, sendo atualmente considerado mais um parceiro entre os demais (Tindemand e Brems, 2016). Como pretendemos esclarecer no subcapítulo anterior, a verificação desta tendência encontra-se sobretudo na postura de discriminação dos países doadores tradicionais face aos países em desenvolvimento (Kim e Leet, 2013; Ferreira, 2014).

¹³ Desde 1949, a China não estabelece relações diplomáticas com os países que reconhecem a independência de Taiwan.

A sobreposição de prioridades e estratégias de ambas as partes é considerada um dos principais obstáculos ao estreitamento da cooperação e complementaridade entre a UE e a China em África (Bund e Makocki, 2016).

A UE e a China, têm sido confrontadas com a necessidade de alargar o diálogo entre si, sobretudo devido à interdependência entre segurança, comércio e desenvolvimento. A pressão tem sido maior do lado europeu devido à crescente influência da China em África, mas também pela crise migratória proveniente deste continente (Bund e Makocki, 2016)¹⁴. Esta conjunção de fatores pode representar uma “janela de oportunidades” para uma cooperação complementar entre UE-China-África (Berger and Wissenbach 2007), implicando necessariamente a identificação de interesses comuns e a apresentação de soluções multilaterais conjuntas (Wissenbach, 2008).

Neste âmbito, em 2008, a Comissão Europeia propôs uma “nova abordagem trilateral a fim de reforçar a cooperação e o diálogo entre a UE, a África e a China” assente no pragmatismo, com o objetivo de melhorar a capacidade de resposta às necessidades de África, concentrando esforços em quatro objetivos comuns na cooperação trilateral: 1) paz e segurança em África; 2) suporte no desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis; 3) gestão sustentável dos recursos naturais; 4) aumento da produção agrícola e segurança alimentar.

Mais recentemente, em abril de 2019, na sequência da 21.ª Cimeira UE-China, as partes concordaram em reforçar uma “abordagem realista e multifacetada a fim de assegurar relações justas, equilibradas e mutuamente benéficas”, com capacidade para enfrentar os desafios globais (Declaração conjunta na da 21.ª Cimeira UE-China, 2019).

As relações entre a UE e a China abrangem uma cimeira anual, reuniões ministeriais regulares e mais de 60 diálogos setoriais, considerando-se mutuamente parceiros estratégicos, conforme expresso na Agenda Estratégica de Cooperação UE-China 2020. Em 2017, a UE era o maior parceiro comercial da China, sendo a China o segundo maior parceiro comercial da UE. Estima-se que o comércio de mercadorias entre a UE e a China represente cerca de 1,5 mil milhões de euros por dia (SEAE, 2019).

¹⁴ Dados do Eurostat estimam que o fluxo de migrantes provenientes de África com destino à Europa poderá atingir em 2036 os 1,5 milhões de pessoas por ano.

Não obstante as boas relações entre a UE e a China, o aumento considerável da influência chinesa em África tem trazido a debate as divergências de padrões em torno desta matéria. A UE, apesar de estar a reformar a sua estratégia de relação com o continente africano - nova Aliança África-UE e revisão do Acordo de Cotonou com os países ACP, não tem alterado a sua postura e cooperação com África em função da (re)emergência da China. Tem aproveitado, isso sim, esta conjuntura para reorientar, revitalizar e reafirmar a sua posição enquanto ator global incontornável, não sendo possível encontrar sinais evidentes de que a China contribuiu diretamente para a alteração do modelo europeu em relação com África (Carbone, 2011). Por outro lado, as autoridades chinesas têm insistido na importância de se considerar, acima de tudo, a opinião e juízo dos Estados africanos e das suas populações, argumentando que ninguém estará em melhor posição para avaliar a presença chinesa em África do que os próprios africanos (Carbone, 2011), demonstrando os líderes africanos pouca vontade de se envolver neste debate (Berger and Wissenbach 2007), devido ao ceticismo com que a cooperação trilateral foi interpretada.

Para as principais potências europeias - Alemanha e França - as oportunidades provenientes da cooperação trilateral com a China em África, apesar de ambivalentes, poderão potenciar um desenvolvimento mais acelerado dos países africanos, bem como garantir o apoio à luta europeia contra o terrorismo no Médio Oriente e Norte de África (Miaomiao, 2017; Ji, 2017).

III. O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA ETIÓPIA: A INTENÇÃO DE CRIAR UM *HUB* MUNDIAL DE INDÚSTRIA MANUFATUREIRA

Neste capítulo será analisado o desenvolvimento económico da Etiópia com base nos planos de crescimento e transformação macroeconómica do governo etíope - “Growth and Transformation Plan” - no período entre 2010-2020. Esta análise incidirá principalmente no processo de implementação da indústria manufatureira, nos objetivos e desafios desta estratégia económica, culminando nos projetos de construção dos parques industriais no país. Procuramos ainda observar as oportunidades que têm sido geradas no acesso aos mercados externos e na atração de investimento.

3.1. O processo de industrialização na Etiópia: prioridades das políticas económicas

Atualmente com cerca de 109 milhões de habitantes (60% dos quais com idade inferior a 24 anos - Banco Mundial, 2018), a Etiópia é o segundo país mais populoso de África depois da Nigéria. Sede da União Africana (UA)¹⁵ e da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), os etíopes são considerados, entre os pares africanos, uma referência histórica por terem conseguido ao longo dos tempos manter a sua independência das potências coloniais¹⁶, sendo um dos países africanos com instituições políticas consolidadas há mais tempo, instituindo em 1955 o voto universal, pese embora períodos em que a democracia foi suspensa, como por exemplo aquando da governação do Derg - Comité de Coordenação das Forças Armadas, Polícia e Exército Territorial (1974-1987).

Desde 2010, a Etiópia tem tido taxas de crescimento médio do PIB estáveis a rondar os 10% ao ano (Banco Mundial, 2019), em contraste com uma média regional de 5.4% no mesmo período, liderando os índices de crescimento em África, o que muito tem contribuído para a atenção e interesse das principais economias e investidores mundiais¹⁷.

¹⁵ A sede da União Africana foi financiada e construída pela China.

¹⁶ Com exceção do período de ocupação italiana, entre 1936 e 1941, durante a II Guerra Mundial.

¹⁷ Em 2017 a Etiópia foi o maior destino do investimento direto estrangeiro em África - 4 mil milhões de dólares (Banco Mundial, 2019).

A indústria da construção e os serviços assim como o aumento do consumo privado e do investimento público foram responsáveis pelo crescimento alcançado.

A “renovação política e social” (Issufo e Pinto, 2019) liderada pelo Primeiro-Ministro Abiy Ahmed¹⁸, no cargo desde abril de 2018, teve na assinatura histórica do acordo de paz com a vizinha Eritreia, em julho de 2018, uma das iniciativas mais marcantes, pondo fim aos conflitos transfronteiriços que duravam desde 1993 (ano da declaração de independência da Eritreia).

A estratégia política de desenvolvimento económico e social da Etiópia encontra-se alicerçada no plano nacional “Growth and Transformation Plan” (GTP). Este documento, projetado para dois ciclos de cinco anos (GTP I 2010-2015 e GTP II 2015-2020), tem orientado o governo etíope sobre as metas e prioridades a alcançar a médio prazo. No final do primeiro plano (GTP I) salienta-se a realização de progressos significativos na diminuição da percentagem de população a viver com rendimentos inferiores ao limiar de pobreza, passando de cerca de 30% em 2010 para 23.4% da população em 2015, pretendendo alcançar 16.7% da população em 2020 (GTP II). Para isso, será necessário atingir uma média anual de crescimento do PIB na ordem dos 11% ao ano (National Planning Commission, 2016).

Durante o tempo em vigor do primeiro plano, a indústria manufatureira foi encarada como prioritária, entre os setores económicos, sinalizando a necessidade de desenvolver um processo de industrialização orientado para a exportação (National Planning Commission, 2016). As autoridades etíopes encaram este setor como uma oportunidade para estimular uma transformação económica estrutural da agricultura para a indústria¹⁹. O desenvolvimento nacional de capacidades tecnológicas, a criação de produtos com valor acrescentado, a melhoria dos índices de competitividade e a criação de empregos mais qualificados também são associados a uma mais valia do crescimento deste setor. Porém, o balanço oficial da implementação do primeiro programa económico conclui que a indústria manufatureira até 2015 permaneceu abaixo dos 5% do PIB nacional (National Planning Commission, 2016), representando em exportações 409

¹⁸ Laureado com o Prémio Nobel da Paz a 11 de outubro de 2019.

¹⁹ Em 2015 a agricultura representava 38.5%, enquanto a indústria representava 15.1% do total do PIB (National Planning Commission, 2015).

milhões de dólares, 77.5% aquém do objetivo definido. As conclusões preliminares apontam como principais causas o baixo nível de investimento privado, a falta de iniciativa entre os jovens, a fraca qualidade dos materiais fabricados e as dificuldades relacionadas com a logística e transportes. Acresce aos elementos apontados a permanência da maioria da população a viver e trabalhar em meios rurais - cerca de 70% (National Planning Commission, 2016).

Na transição do primeiro para o segundo plano estratégico (GTP II, 2015-2020), o governo da Etiópia considerou que o desemprego e a pobreza continuavam a ser os principais problemas ao desenvolvimento do país, definindo como primeiro objetivo nacional o alcance do nível de renda média-baixa do país em 2025. A agricultura continua a ser a “espinha dorsal” da economia etíope (Invest Ethiopia, 2019). Por este motivo, justifica-se que as principais exportações da Etiópia em 2017²⁰ tenham sido produtos agrícolas e seus derivados como o café²¹, oleaginosas, flores, leguminosas ou recursos minerais, nomeadamente ouro.

Com o cenário económico descrito, o GTP II pretende continuar a expandir as infraestruturas do país através de investimento público e transformar a Etiópia num *hub* industrial, traçando uma série de metas económicas ambiciosas (Anexo V). Nesta perspetiva, a Etiópia assume a ambição de ser líder em África na produção de manufatura ligeira e figurar entre os principais produtores mundiais, esperando que o setor represente 8% do PIB nacional até 2020, com um crescimento médio anual expectável de 21.9% que poderá gerar 758 mil oportunidades de emprego. Para atingir este objetivo, o governo etíope indica como fatores chave o aumento do IDE.

Com a estratégia apresentada espera-se o equilíbrio da balança comercial, a promoção da iniciativa privada doméstica e a integração nas cadeias de valor regionais e globais (Mackie e Williams, 2015).

Atualmente, a Etiópia ocupa a 57^a posição no Relatório de Competitividade Global (Fórum Económico Mundial, 2018), estando melhor posicionada que algumas referências regionais (Quénia, Ruanda e África do Sul). No entanto, apesar dos custos da

²⁰ Em 2017, segundo o Observatório da Complexidade Económica, os principais destinos das exportações etíopes foram a China, a Suíça e os EUA. Relativamente às importações, de acordo com a mesma fonte, em 2017 os principais fornecedores foram destacadamente a China seguida pela França e a Índia.

²¹ Principal bem exportado pela Etiópia, representando 32% do total das exportações em 2017 (OEC, 2019).

mão-de-obra serem muito baixos na África Subsariana, diferentes autores argumentam que este fator por si só não é suficiente para a melhoria da competitividade (Page, 2012; Ceglowski, 2015; Gelb et al, 2017). A maioria dos países africanos não conseguem ser competitivos devido aos custos de contexto, sobretudo quando comparados com os custos de produção dos países asiáticos (Ceglowski, 2015). Em resposta a estes desafios, a Etiópia aposta na construção de parques industriais, determinantes para garantir a diversificação da economia e atrair investimento (Mills, 2019).

3.2. A implementação de Zonas Económicas Especiais: casos de sucesso

Apesar da localização da Etiópia poder facilitar o acesso aos mercados internacionais de renda média e alta como o Médio Oriente, a Europa ou os países emergentes na Ásia, fatores de ordem geográfica, como a dimensão do país (1 104 milhão de km²) ou a falta de acesso ao mar, têm justificado o reforço do investimento público em infraestruturas realizado na última década²². Neste âmbito, foram lançados projetos emblemáticos nas mais diversas áreas (transportes, comunicações, rede energética e gestão de água)²³ a fim de melhorar a conectividade e gerar condições para a fixação de investimento nos mais diversos setores económicos do país.

Sem o esforço financeiro direcionado para a construção de novas infraestruturas, será improvável que o setor industrial manufatureiro se desenvolva, comprometendo a sua operacionalidade. A escassez de infraestruturas pode mesmo ser determinante para o afastamento de prováveis investidores devido aos custos logísticos relacionados com a falta de redes de comunicação e transporte ou da distribuição ineficiente de energia, que em muitos casos, em África, implica que seja necessário recorrer à utilização de geradores (Newman e Page, 2017; Gelb et al, 2017). Contudo, estes investimentos, apesar de financiados e geridos pelo Banco Nacional da Etiópia, são maioritariamente executados por empresas estrangeiras, principalmente chinesas (Donahue, 2018).

²² No início dos anos 90 do século XX o investimento público na Etiópia rondava os 5% do PIB, em 2011 este valor atingiu os 18.6%, tendo atingido quase um quarto do PIB do país em 2014.

²³ Destaque-se a construção da Barragem *Grand Renaissance* no Rio Nilo Azul, com um orçamento de 5 mil milhões de dólares, e a linha férrea eletrificada entre Addis Ababa e o porto de Djibuti, num investimento público total estimado em 3.4 mil milhões de dólares.

Tendo em conta as características geográficas e de infraestruturas descritas, a maioria da indústria de manufatura ligeira concentra-se na região de Addis Abeba, pela facilidade de acesso à rede de transportes como o aeroporto internacional e os principais eixos rodoviários, ferroviários e marítimos, com destaque para o corredor entre Addis Abeba e o Porto do Djibuti, principal artéria comercial da Etiópia (UNCTAD, 2018).

A criação de Zonas Económicas Especiais (ZEE) tem sido relevante no desenvolvimento económico de diferentes regiões, especialmente entre os países asiáticos (Anexo VI). Como forma de potenciar o investimento feito a nível de infraestruturas, a Etiópia delineou a construção de parques industriais²⁴ em todo o país com um investimento anual estimado em mil milhões de dólares (UNIDO, 2018). Pretende-se, assim, facilitar o desenvolvimento de clusters de competitividade e estimular a “ligação entre a indústria e a economia local”, maioritariamente dependente do mercado informal. Em África, a maioria das ZEE não fazem esta ligação, limitando a sua utilização à transferência de capacidades (Newman e Page, 2017).

Através do incentivo à iniciativa pública e privada, a construção destas áreas industriais pretende colocar a Etiópia na “base da cadeia mundial de abastecimento” dos grandes produtores e fornecedores mundiais de manufatura (Donahue, 2018). Assim, a política de desenvolvimento destes parques industriais dá prioridade aos setores do têxtil e vestuário, couro, metais e aço, produtos agroalimentares, indústria química e farmacêutica. Os planos nacionais projetam a construção de dezasseis parques industriais federais distribuídos por diferentes regiões do país, numa área total coberta de quase 11 mil hectares (Anexo VII), geridos pela empresa pública etíope IPDC mas construídos por empresas públicas chinesas (Newman e Page, 2017). Atualmente estão já em atividade sete parques industriais²⁵, estimando-se brevemente a abertura de mais seis de iniciativa pública (Ethiopia Investment Commission, 2019). Além da iniciativa pública realça-se a construção de sete parques privados - quatro deles já concluídos - numa área total de cerca de 2 mil hectares dedicados maioritariamente ao setor têxtil e construção.

²⁴ Em 2014 foi criada a *Ethiopian Industrial Parks Development Corporation* (IPDC).

²⁵ Bole Lemi I; Hawassa; Mekelle; Jimma; Adama; Kombolcha; Kilinto.

3.3. O acesso aos mercados externos e a atração de investimento direto estrangeiro: fatores competitivos

A disponibilidade de mão-de-obra barata, jovem e com facilidade de adaptação tem sido apresentada pelo governo etíope como um dos principais argumentos para a captação do investimento externo na Etiópia.

Nos parques industriais em funcionamento, a maioria dos trabalhadores são mulheres em situação de primeiro emprego, com um nível de instrução primário (Gelb et al, 2017). Em média, o salário destas trabalhadoras não ultrapassa 1 ou 2 dólares por dia, totalizando um vencimento mensal de cerca de 25 dólares (Donahue, 2018), um valor dificilmente enquadrado com o objetivo da Etiópia em atingir em 2025 o nível de rendimento médio-baixo.

Quando conjugado o valor da mão-de-obra etíope com o valor pago pelo consumo de eletricidade, cerca de 0.04 dólares por kw/h - a taxa mais baixa em África (Mills, 2019), o ganho de competitividade da economia etíope à escala mundial torna-se mais evidente, especialmente se tivermos em consideração os aumentos generalizados dos custos de produção na Ásia, em especial na China²⁶. Talvez por este motivo se justifique que os países asiáticos - “onde os países ocidentais outrora externalizavam a sua produção” (Donahue, 2018) – procurem oportunidades em África investindo na construção e/ou na transferência de unidades industriais especializadas que forneçam a cadeia de valor subjacente instalada nos seus países.

A opção por África poderá ser uma boa alternativa para responder ao aumento da procura interna, rentabilizar os investimentos efetuados, mantendo e aumentando as margens obtidas (Newmn e Page, 2017, Gelb et al, 2017). Esta estratégia tem ainda mais significado se considerarmos o ambiente de “guerra comercial” entre os EUA e a China. Ainda assim, os mesmos autores consideram que a competitividade apontada ao valor da mão-de-obra e da eletricidade na Etiópia na atração de IDE não é suficiente quando analisadas outras circunstâncias relacionadas com falta de coordenação entre instituições,

²⁶ O custo de produção da Etiópia é atualmente semelhante ao custo de produção da China durante a década de 1980. Com os valores apresentados relativos aos salários auferidos nos parques industriais da Etiópia, os custos de produção deste país representam cerca de 25% do total dos custos na China (Gelb et al, 2017).

o ambiente regulatório, os mecanismos de financiamento, a escassez de moeda estrangeira, sistema bancário e alfandegário ou legislação laboral (Farole, 2011).

Neste caso, o governo etíope tem garantido uma série de incentivos fiscais e regulatórios que, por um lado, pretendem garantir um crescimento económico rápido e sustentável e, por outro, estimular o investimento externo, atenuando alguns dos aspetos apontados como mais críticos. Para a indústria instalada nas ZEE é concedida a isenção de impostos sobre os rendimentos e exportações, nas taxas alfandegárias e na importação de bens, garantindo a simplificação dos procedimentos no licenciamento e registo das atividades económicas (Ethiopia Investment Commission, 2019).

Para atingir em 2030 as metas dos ODS, a UNCTAD estima que sejam necessários fluxos anuais de 2.5 triliões de dólares em investimento privado nos países em desenvolvimento. Na Etiópia o fluxo de IDE tem vindo a aumentar. Estima-se que em 2019 capte 3.3 mil milhões de dólares, o terceiro maior destino de IDE em África (Anexo VIII) e o principal destino de IDE entre os países menos desenvolvidos do continente africano (UNCTAD's World Investment Report, 2019).

O investimento externo na Etiópia é diversificado na sua origem e nas áreas económicas selecionadas. Em 2017, a China liderava, destacada, o IDE na Etiópia com 19.4% do total²⁷, seguida pela Índia e pelos EUA com 8.8% e 8.1%, respetivamente (Ethiopia Investment Commission, 2019). Em relação aos setores económicos selecionados, a maioria dos investimentos têm sido distribuídos pelas áreas da refinação de petróleo, extração mineral, manufatura e energias renováveis.

Durante a última década têm sido anunciados investimentos industriais relevantes na Etiópia, como a fábrica para montagem de veículos da marca sul coreana Hyundai, a construção da primeira fábrica de automóveis do Grupo Volkswagen na África Oriental ou a construção de uma refinaria de petróleo do Fundo norte-americano Fairfax Africa. A mesma tendência tem sido seguida pelas principais marcas de vestuário mundial que têm procurado instalar fábricas têxteis na Etiópia com o objetivo de produzir todo o tipo

²⁷ Do total de IDE da China na Etiópia em 2017 cerca de 67.8% dedicaram-se ao investimento no setor da manufatura.

de peças em larga escala (e.g.: Gap; H&M; Calvin Klein; Tommy Hilfiger; Levi's; Zara; Giorgio Armani; Hugo Boss).

O recente estabelecimento do acordo de livre comércio em África (AfCFTA) e a política contínua de desenvolvimento dos parques industriais reforçarão os investimentos nesta região²⁸.

Contudo, de acordo com o Banco Mundial, o desenvolvimento do setor privado enfrenta acesso financeiro limitado. Outra das preocupações apontadas é o aumento da dívida pública em relação ao PIB. Em junho de 2018 a percentagem da dívida pública situava-se nos 61.8% do PIB, um aumento de 4 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2017. As preocupações apresentadas podem comprometer a sustentabilidade das finanças públicas e da economia etíope, uma vez que as exportações se mantêm significativamente baixas - 8.7% do PIB (FMI, 2018). A trajetória de desenvolvimento económico da Etiópia pode sofrer uma queda se os custos de produção aumentarem, principalmente da mão-de-obra devido à procura, ou se a instabilidade política e social se generalizar (Donahue, 2018; UNIDO, 2018).

²⁸ A Etiópia e o Quénia anunciaram recentemente a intenção de tornar a região transfronteiriça de Moyle numa zona de livre comércio internacional.

IV. A UNIÃO EUROPEIA E A CHINA NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA ETIÓPIA

Como demonstrado nos capítulos anteriores, a União Europeia (UE) e a China são considerados pelo governo da Etiópia parceiros muito importantes no seu desenvolvimento. Apesar de ultimamente a Etiópia ter vindo a ganhar relevância na estratégia da China em África, a UE continua interessada em aprofundar a cooperação com este país. Assim, este capítulo pretende demonstrar a forma como a UE e a China têm cooperado com a Etiópia no domínio económico, em especial no setor da indústria, expondo a estratégia da UE e a influência da China no modelo de desenvolvimento económico da Etiópia.

4.1. A cooperação da UE na Etiópia: os pilares de uma estratégia conjunta

A agenda de ações lançada na *Aliança África – Europa para investimentos e empregos sustentáveis* (2018)²⁹ procura dar um novo impulso nas relações entre a UE e África, através da mobilização de investimentos provenientes maioritariamente do setor privado e com vista à criação de 10 milhões de novos empregos em África nos próximos cinco anos. Esta estratégia, que pretende representar uma nova abordagem assente na partilha de responsabilidades entre o sector público e o sector privado, surge como forma de responder aos desafios enfrentados na UE pelas vagas de migração e de refugiados, provenientes sobretudo de África.

Como uma tentativa de ir ao encontro das prioridades de desenvolvimento regional africano, esta *Aliança* define dez ações concretas que neste caso poderão ajudar a promover o potencial económico da Etiópia, no âmbito do processo de industrialização em curso, com o apoio ao investimento nas áreas de “fabrico e transformação”, mediante a identificação das “cadeias de valor com maior potencial de criação de emprego” (Comissão Europeia, 2018) em cada região. Adicionalmente, a UE pretende reforçar o apoio ao clima empresarial e ao comércio regional e promover os modelos de

²⁹ 32.5 mil milhões de euros e 40 mil milhões de euros (2014-2020 e 2021-2027).

financiamento misto (internacional e nacional, público e privado), particularmente na energia e transportes.

Considerando que, em África, a maioria da população ainda vive em zonas rurais - 60% da população residente (Banco Mundial, 2018) - este plano de ações terá de ter em conta a necessidade de investimento na indústria transformadora agroalimentar, essencial para fixar empregos na região.

No seguimento desta estratégia conjunta, em janeiro de 2019, no âmbito da visita do Primeiro-Ministro Abiy Ahmed às instituições europeias, foi assinado um pacote de financiamento complementar, que reforça em mais de 130 milhões de euros o apoio europeu a três projetos que permitam: a criação de emprego no setor da indústria com 30% dos novos postos de trabalho alocados a refugiados, o acesso a energia sustentável e o estabelecimento de parques agroindustriais em quatro regiões, criando mais de 160 mil empregos.

As relações bilaterais entre a Etiópia e a UE (na altura, CEE) foram estabelecidas há mais de 45 anos. Além do Acordo de Cotonou, esta relação tem sido reforçada através de um conjunto de compromissos políticos mais recentes levados a cabo em 2013, 2014 e 2016: o *EU+ Joint Cooperation Strategy for Ethiopia*, o *11th National Indicative Programme for Ethiopia 2014 to 2020* e o *Ethiopia and EU Strategic Engagement Agreement*. Entre as áreas de cooperação, além da agricultura, destacam-se como prioritárias o apoio à consolidação das instituições democráticas e boa governança, o comércio e investimento, a segurança alimentar, as migrações e a paz regional. A Etiópia é ainda um parceiro importante para a UE na mediação dos conflitos na Somália e no Sudão.

O acordo conjunto assinado em 2016 compromete as partes com a realização de uma reunião ministerial anual e seis diálogos setoriais, alinhando os compromissos da UE com os objetivos macroeconómicos da Etiópia assinalados no GTP II (2015-2020). Desde então, a UE tem vindo a privilegiar o apoio a projetos relacionados com a criação de empregos e formação profissional, parques industriais e agroindustriais e a promoção de mecanismos que facilitem as exportações, o comércio e o setor privado. É por isso natural que o Fórum Europeu de Negócios na Etiópia (EUBFE), formalizado em 2017, tenha vindo a ganhar relevância no diálogo entre as autoridades etíopes e os investidores

europeus, estimando-se que existam atualmente cerca de 300 empresas europeias na Etiópia com mais de 200 mil pessoas empregadas (EUBFE, 2019). Em maio de 2019 realizou-se o primeiro Fórum Empresarial UE-Etiópia, em Bruxelas.

Os fluxos de IDE provenientes da UE na Etiópia aumentaram, em 2016, chegando aos 600 milhões de euros, sendo que no ano anterior não ultrapassaram os 200 milhões de euros. A maior parte do investimento dedicou-se aos setores da manufatura e agricultura (SEAE, 2019).

A rede de doadores europeus na Etiópia é muito diversificada e envolve atores públicos e privados (Hackenesch, 2013). No ciclo de financiamento atual, entre 2014 e 2020, a UE tem dedicados cerca 715 milhões de euros para a cooperação bilateral. No ciclo anterior (2009-2013) a UE providenciou 674 milhões de euros (Comissão Europeia, 2019).

Além destes programas de financiamento, a Etiópia também beneficiou entre 2015 e 2018 de cerca de 260 milhões de euros provenientes do Fundo Fiduciário de Emergência da UE para África e do apoio em 381 milhões de euros em programas europeus vocacionados para o apoio a crises humanitárias provocadas por desastres naturais, deslocamentos internos e refugiados.

A abertura em 2016 do Banco Europeu de Investimento (BEI) em Addis Abeba reforça a importância estratégica de África e da Etiópia para a UE, uma vez que cerca de 90% da atividade do BEI se concentra na Europa. Este banco europeu, especializado no financiamento de infraestruturas e no apoio ao setor privado, desenvolveu a iniciativa “Boost Africa” com um fundo de 200 milhões de euros destinado a empresas *start-up* em África. Na Etiópia, o BEI tem disponíveis 70 milhões de euros para o apoio à instalação e resiliência das PME, que poderão beneficiar o desenvolvimento da indústria agroalimentar e manufatureira e mais 30 milhões de euros em empréstimos que apoiem as mulheres empresárias da Etiópia, promovendo a igualdade de género.

4.2. O efeito chinês nas políticas de desenvolvimento industrial da Etiópia

A mudança do perfil económico, social e demográfico da maioria dos países asiáticos tem vindo a contribuir para o aumento dos custos da mão-de-obra industrial na Ásia (Gelb, 2017), em contraste com os baixos salários praticados em África. Apesar deste facto, entre 2000 e 2015, as economias africanas continuavam, em geral, a ter um desempenho significativamente inferior às economias asiáticas (Bughin, 2016), o crescimento do setor manufatureiro em África ficou-se em média pelos 2.5% ao ano enquanto na Ásia este valor atingiu os 7.4% no mesmo período.

Com base nesta conjuntura, a industrialização passou a ser uma estratégia determinante no desenvolvimento económico na maioria dos países africanos, desde as economias mais dependentes da exportação de petróleo (e.g.: Angola ou Nigéria), aos países em transição económica (e.g.: Quênia ou Senegal), até às economias mais diversificadas (e.g.: Marrocos ou Namíbia).

Conforme apresentado no capítulo anterior, a proliferação de ZEE na Ásia e o conseqüente domínio do setor manufatureiro mundial pelos países asiáticos, principalmente pela China, tem influenciado as reformas económicas em curso em África. Na Etiópia, a implementação de ZEE é relativamente recente, tendo ganhado protagonismo com os objetivos definidos no plano económico nacional do GTP (2010-2020). A ambição de tornar a Etiópia um centro regional e mundial de manufatura ligeira teve influência determinante da experiência chinesa (Fei, 2018; Xiaoyang, 2019).

A criação em 2015, no âmbito do FOCAC, do Fundo de Cooperação Industrial China-África (CAFIC) com um capital inicial de 10 mil milhões de dólares para investimentos nos setores de manufatura, comunicações, agricultura, energia, mineração e infraestruturas consolidou o papel da China como principal investidor no setor industrial em África com um aumento “explosivo” de investimento na última década, em particular na Etiópia, orientando o IDE chinês para a manufatura (Xiaoyang, 2019).

A Etiópia conta atualmente com o compromisso da China na expansão dos seus parques industriais. Apesar das dificuldades burocráticas e logísticas inicialmente enfrentadas, conseguiu atrair até 2015 pelo menos 117 empresas chinesas, de acordo com os dados do Ministério do Comércio da China. Contudo, em 2017, um estudo de uma

consultora internacional estimava que esse número fosse 4.3 vezes maior, identificando 689 empresas chinesas a operar na Etiópia (Jayaram, Kassiri e Sun, 2017). Também em 2017, estavam em curso 576 projetos chineses na Etiópia, sendo que cerca de 77% do total correspondiam a projetos licenciados no setor da indústria manufatureira (Xiaoyang, 2019).

O relacionamento bilateral com a China é considerado estratégico pela Etiópia, há mais de 50 anos que os dois países têm relações diplomáticas estabelecidas. Na verdade, conforme transmitido em setembro de 2018 pelo Primeiro-Ministro Abiy Ahmed ao Presidente Xi Jinping, além de estratégico “a China é o principal parceiro de desenvolvimento” da Etiópia.

Entre 2000 e 2017, os empréstimos da China à Etiópia (governamentais e comerciais) atingiram os 13.7 mil milhões de dólares, fazendo deste país o segundo maior recetor de financiamento chinês em África depois de Angola (Johns Hopkins SAIS China-Africa Research Initiative, 2018), o que não deixa de ser um fator particularmente interessante de observar, pelo facto da Etiópia ser um dos países com menos recursos naturais em África, contrariando a lógica de incursão chinesa aos recursos em África (Moyo, 2013). Este facto faz com que o investimento chinês nas infraestruturas e nos parques industriais tenha particular importância na cooperação bilateral entre os dois países (Xiaoyang, 2019), sendo a Etiópia um membro ativo e beneficiário do projeto da BRI (Belt and Road Initiative).

Entre os projetos de infraestruturas financiados pela China salientam-se a linha ferroviária entre Addis-Abeba e o Djibuti numa parceria entre a empresa *Ethiopian Djibouti Railway* (EDR) e a empresa chinesa CCECC ou ainda a primeira autoestrada na Etiópia entre a capital do país e a região de Adama. Prevê-se a construção de um novo troço entre Adama e Hawassa até 2022, onde se encontra um dos maiores complexos industriais da Etiópia, com a intenção de fazer a ligação à zona fronteiriça com o Quênia em direção ao porto de Mombaça³⁰ (Asnake, 2019). Um dos primeiros projetos chineses de grande escala na Etiópia foi a expansão da rede móvel telefónica e a introdução da rede 3 e 4G - *Millennium Telecom*, com um empréstimo de cerca de 1.5 mil milhões de

³⁰ A renovação e ampliação deste porto também foi financiada pela China em 90% - 3.8 mil milhões de dólares.

dólares. A China também financiou exclusivamente a construção da Zona Industrial Oriental e do parque industrial de Huajian, dedicado ao setor do calçado. No setor Espacial, a China apoiará, no final de dezembro de 2019, o lançamento do primeiro satélite da Etiópia (ETRSS-1), que será utilizado para a melhoria de desempenho e planeamento do setor agrícola.

A transformação económica em curso, tem contribuído para afirmação da Etiópia como um destino apetecível no setor da manufatura, sobretudo do investimento chinês que procura a transferência de unidades de produção para fora da China. Talvez por isso não seja de estranhar que a Etiópia utilize a condição dos baixos salários, entre os mais baixos do mundo³¹, como trunfo na concorrência com os países asiáticos (Fleig, 2019). Apesar do aumento de investimentos e da consequente criação de postos de trabalho, persistem uma grande lacuna na iniciativa privada local e dificuldades na transferência de competências para os trabalhadores locais (Gelb, 2017; Xiaoyang, 2019).

Desta forma, para que a Etiópia seja considerada a “China de África” e se torne o principal *hub* regional de manufatura, deverá prosseguir esforços na consolidação do seu sistema industrial, diminuindo os impactos administrativos e logísticos e garantindo a especialização da sua mão-de-obra. A capacidade produtiva direcionada para a exportação será um fator essencial para o crescimento deste setor (Xiaoyang, 2019).

³¹ No Bangladesh estima-se que os trabalhadores ganhem três vezes mais do que na Etiópia e na China até dez vezes mais (DW, 2019).

V. CONCLUSÃO

A Etiópia tem-se esforçado na última década para implementar um conjunto de reformas estruturais no país, tendo como fundamentais a estabilidade política e fortalecimento das suas instituições, tentando ultrapassar as imagens de conflitos étnicos, da violação de direitos humanos, da fome e desnutrição, associados ao país pelo menos desde 1974 após o fim da monarquia liderada pelo Imperador Haile Selassie.

A atração de IDE está no centro da atual estratégia económica de industrialização da Etiópia, que pretende tornar-se um centro industrial de manufatura ligeira a nível regional e mundial, priorizando o investimento dos setores têxtil e vestuário, couro, agroindústria e produtos químicos e farmacêuticos.

Conforme apresentado, a implementação do GTP (2010-2020) tem tido resultados positivos na redução da pobreza, no aumento da empregabilidade e na diversificação económica, embora a um ritmo mais lento que o esperado pelo governo etíope. Porém, o crescimento económico fugaz desde 2010, a rondar sempre os dois dígitos, tem causado o endividamento do Estado uma vez que grande parte deste crescimento se deve ao aumento sem precedentes do investimento público, muitas vezes sustentado em empréstimos financeiros internacionais, provenientes maioritariamente da China.

Ao longo deste trabalho procurámos expor e comparar as abordagens da UE e da China no apoio ao desenvolvimento da Etiópia. Apesar das diferenças evidentes entre um modelo e outro, exemplificados ao longo deste estudo, a UE e a China encontram áreas de cooperação complementar no desenvolvimento das infraestruturas e no apoio à construção dos parques industriais.

Enquanto a UE apoia a Etiópia através da APD, sobretudo por meio dos compromissos assumidos nas convenções e nos acordos bilaterais e multilaterais, a China tem vindo a libertar diversas fontes de financiamento para o governo etíope, enquadradas numa parceria política e económica bilateral com apoio à construção de infraestruturas que facilitem o processo de industrialização do país. Por outro lado, a UE, provavelmente motivada pelo aumento dos fluxos migratórios oriundos de África e por questões da sua segurança e vizinhança externa, tem incentivado as parcerias entre operadores privados

europeus e etíopes, esperando através desse apoio garantir a criação e fixação de empregos.

De acordo com os dados apresentados, podemos constatar que a Etiópia é atualmente um dos parceiros preferenciais da China em África atestado pelo fluxo elevado de investimentos na Etiópia que, por seu lado, considera a China o principal parceiro para o desenvolvimento. Neste cenário, conforme defendem alguns autores estudados, a consolidação generalizada da influência chinesa em África tem pressionado e desafiado a UE a alterar a sua postura na relação com África, embora isso não seja claramente reconhecido ou referido pelas instituições europeias.

Os factos analisados poderão ajudar a confirmar que, de facto, os países africanos se sentem hoje mais atraídos pela diversificação de parceiros no âmbito da cooperação, com preferência pela China, uma vez que esta é uma entidade única com um propósito claro. Contudo, esta cooperação decorre sempre em complementaridade com a ajuda recebida pelos parceiros tradicionais, no caso estudado a UE e os seus Estados-Membros.

No caso específico do processo de industrialização na Etiópia, o impacto do apoio da China tem sido mais relevante e tem merecido maior atenção da parte etíope, pela facilidade de entendimento e negociação, muito marcada pela abordagem direta do governo chinês. De outra forma, a UE resulta de uma soma de interesses de vários países, muitas vezes com prioridades divergentes entre si, cujo impacto depende dos seus Estados-Membros, bem como da vontade de investimento dos empresários europeus que, de uma forma geral, continuam a não ver em África as oportunidades procuradas pelos investidores chineses.

BIBLIOGRAFIA

Ali, M., Banks, G., & Parsons, N. (2015). “Why Donors Give Aid and to Whom? A Critique of the Historical and Contemporary Aid Allocation Regime.” *Dialogue (Pakistan)*, 10(2).

Asnake, M. (2019). “Modjo-Hawassa expressway to see completion in three years”. *Ethiopian Press Agency*. [Online]

Disponível em: <https://www.press.et/english/?p=2296#> [Acesso em: 14/09/2019].

Ayers, A. J. (2013). “Beyond myths, lies and stereotypes: The political economy of a ‘new scramble for Africa’”. *New Political Economy*, 18(2).

Banco Mundial. (2018). “Rural population (% of total population) - Sub-Saharan Africa”. [Online]

Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.RUR.TOTL.ZS?locations=ZG> [Acesso em: 12/09/2019].

Berger, B., & Wissenbach, U. (2007). *EU-China-Africa trilateral development cooperation: common challenges and new directions*. German Development Institute, Discussion Paper 21.

Brautigam, D. (2011). *The dragon's gift: the real story of China in Africa*. OUP Oxford.

Brautigam, D. (2015). “5 Myths About Chinese Investment in Africa”. *Foreign Policy*. [Online]
Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2015/12/04/5-myths-about-chinese-investment-in-africa/> [Acesso em: 08/08/2019].

Brautigam, D., & Hwang, J. (2016). *Eastern promises: New data on Chinese loans in Africa, 2000 to 2014*. SAIS China-Africa Research Initiative Working Paper, (2016/4).

Bughin, J. (2016). *Lions on the Move II: Realizing the Potential of Africa's Economies*. McKinsey Global Institute.

Bund, J., & Makocki, M. (2016). *The EU-China-Africa triangle*. European Union Institute for Security Studies, (2016/45).

Cabrera, J. L. (2016). *Chindia in Africa*. European Union Institute for Security Studies, (2016/12).

Calabrese, L. (2018). “FOCAC 2018: what to expect from next week's China-Africa summit”. *ODI*. [Online] Disponível em: <https://www.odi.org/blogs/10674-focac-2018-what-expect-next-weeks-china-africa-summit> [Acesso em: 08/08/2019].

Carbone, M. (2011). “The European Union and China's rise in Africa: Competing visions, external coherence and trilateral cooperation.”. *Journal of Contemporary African Studies*, 29(2).

Carbone, M., & Orbie, J. (2014). “Beyond Economic Partnership Agreements: the European Union and the trade–development nexus.”. *Contemporary Politics*, 20(1), 1-9.

Comissão Europeia. (2018). “Strengthening the EU’s partnership with Africa”. [Online] Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/soteu2018-factsheet-africa-europe_en.pdf [Acesso em: 03/08/2019].

Comissão Europeia. (2019). “Client and Supplier Countries of the EU28 in Merchandise Trade (value %), 2016, excluding intra-EU trade.” [Online] Disponível em: https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_122530.pdf [Acesso em: 11/08/2019].

Comissão Europeia. (2019). “DEVCO – África”. [Online] Disponível em: https://ec.europa.eu/europeaid/regions/africa-0_pt [Acesso em: 05/08/2019].

Comissão Europeia. (2019). “DEVCO – Ethiopia”. [Online] Disponível em: https://ec.europa.eu/europeaid/countries/ethiopia_en [Acesso em: 21/09/2019].

Comissão Europeia. (2019). *2018 Annual Report on the implementation of the European Union’s instruments for financing external actions in 2017*. Publications Office of the European Union.

Conselho da União Europeia. (2017). *Um futuro sustentável: A resposta da UE à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Conclusões do Conselho.

Delegation of the European Union to Ethiopia. (2016). “Ethiopia and the EU - EU Relations with Ethiopia”. [Online] Disponível em: https://eeas.europa.eu/delegations/ethiopia_en/1186/Ethiopia%20and%20the%20EU [Acesso em: 21/09/2019].

Donahue, B. (2018). “China is turning Ethiopia into a giant fast-fashion factory.” *Bloomberg Businessweek*. 2.

Dreher, A. (2011), “Are ‘New’ Donors Different? Comparing the Allocation of Bilateral Aid Between nonDAC and DAC Donor Countries”, *World Development* Vol. 39, No. 11.

Esposito, M., & Tse, T. (2015). “China’s growing footprint in Africa is potentially damaging.” *Fortune Insiders*. [Online] Disponível em: <http://fortune.com/2015/11/20/chinaafrica-damaging-ties> [Acesso em: 12/08/2019].

European Union Business Forum Ethiopia. (2019). “The European Business Forum in Ethiopia” [Online] Disponível em: <http://www.eubfe.eu/index.php/en/about-eubfe> [Acesso em: 27/09/2019].

Fage, J. D., & Thordoff, W. (2012). *História da África*. Edições 70.

Faria, R. (2015). *As convenções de Yaoundé e de Lomé como primeiros acordos de cooperação entre os continentes europeu e africano*. CESA, WP 123.

Farole, T. (2011). *Special economic zones in Africa: comparing performance and learning from global experiences*. The World Bank.

Fei, D. (2018). *Work, Employment, and Training Through Africa-China Cooperation Zones: Evidence from the Eastern Industrial Zone in Ethiopia*. China-Africa Research Initiative, School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University. Working Paper No. 2018/19.

Feng, L. (2018). “Chine. Xi Jinping, un tigre nourri par l’Occident”. *Courrier International*. [Online] Disponível em: <http://lirelactu.fr/source/courrier-international/66d56501-7ceb-4d14-b0b0-f3b0ce54aead> [Acesso em: 12/08/2019].

Ferreira, M. E. (2007). “UE-África, eventual-mente...”. *Expresso*. [Online] Disponível em: https://expresso.pt/opiniao/opiniao_manuel_ennes_ferreira/193frica-eventualmente=f69068 [Acesso em: 08/08/2019].

Ferreira, P. M. (2014). *A Ajuda ao Desenvolvimento: Revisão do Conceito e Novas Abordagens*. Publicações Instituto Marquês de Valle Flôr. Brief 1.

Fleig, F. (2019). “Made in Etiópia, a nova moda da produção têxtil em África”. *Deutsche Welle*. [Online] Disponível em: <https://p.dw.com/p/3JT7E> [Acesso em: 15/09/2019].

FMI. (2018). *Joint Bank-Fund Debt Sustainability Analysis—Update 2018*. International Development Association (IDA) & International Monetary Fund (IMF).

FMI. (2018). *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*. International Monetary Fund (IMF).

Fröhlich, S. (2019). “China em África: bons ou maus credores?”. *Deutsche Welle*. [Online] Disponível em: <https://p.dw.com/p/3EQhn> [Acesso em: 11/09/2019].

Gelb, A., Meyer, C., Ramachandran, V., & Wadhwa, D. (2017). *Can Africa be a manufacturing destination? Labor costs in comparative perspective*. Center for Global Development. Working Paper, (466).

- Hackenesch, C. (2013). “Aid donor meets strategic partner? The European Union's and China's relations with Ethiopia”. *Journal of Current Chinese Affairs*, 42(1).
- Helly, D. (2013). “The EU and Africa since the Lisbon summit of 2007: Continental drift or widening cracks?”. *South African Journal of International Affairs*, 20(1).
- Issufo, N. & Pinto, R. V. (2019). “Etiópia: Um ano do primeiro-ministro Abiy Ahmed e a liberalização do país”. *Deutsche Welle*. [Online] Disponível em: <https://p.dw.com/p/3G7E2> [Acesso em: 06/09/2019].
- Iwata, T. (2012). *Comparative Study on" Asian" Approaches to Africa: An Introductory Reflection*. The Center for African Area Studies, Kyoto University. African Study Monographs, Vol.33, nº4.
- Jayaram, K., Kassiri, O., & Sun, I. Y. (2017). *Dance of the lions and dragons. How are Africa and China engaging, and how will the partnership evolve?* McKinsey & Company.
- Jemaneh, Y. (2019). “Anchor investors keen to replicate Hawassa IP’s eco-friendly facilities”. *Ethiopian Press Agency*. [Online] Disponível em: <https://www.press.et/english/?p=10346#> [Acesso em: 16/09/2019].
- Ji, Z., Jing, L., Junbo, J., Lilei, S., Ghiselli, A., Haifeng, Y., Miaomiao, Z., Yichen, D., & Xiaoxiao, Y. (2018). *China Policies of the EU and Its Members*. Center for China-EU Relations, Fudan University and Shanghai Institute for European Studies.
- Johns Hopkins China-Africa Research Initiative. (2019). “Data: Chinese Foreign Aid”. [Online] Disponível em: <http://www.sais-cari.org/data-chinese-foreign-aid-to-africa> [Acesso em: 11/09/2019].
- Mah, L. (2015). “Reshaping European Union development policy: collective choices and the new global order”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 58(2).
- Mills, G. (2019). *A Tale of Two Free Zones. Learning from Africa’s Success*. The Brenthurst Foundation. Discussion Paper 01/2019.
- Moller, L. C., & Wacker, K. M. (2015). *Ethiopia's Growth Acceleration and How to Sustain It - insights from a Cross-Country Regression Model*. The World Bank. Working Paper 7292.
- Moyo, D. (2012), *A Decadência do Ocidente – Será já tarde de mais?*. Bertrand Editora.
- Moyo, D. (2013). *A China e a corrida aos recursos*. Bertrand Editora.

Naím, M. (2007). “Help not wanted.” *The New York Times*. [Online] Disponível em: https://www.nytimes.com/2007/02/15/opinion/15naim.html?_r=0 [Acesso em: 09/08/2019].

National Planning Commission. (2016). Growth and Transformation Plan II (GTP II) (2015/16-2019/20) - Volume I: Main Text.

Newman, C., & Page, J. M. (2017). *Industrial clusters: The case for special economic zones in Africa*. United Nations University World Institute for Development Economics Research. WIDER Working Paper (No. 2017/15).

OCDE. (2018). *Development Co-operation Report 2018: Joining Forces to Leave No One Behind*. OECD Publishing.

Oliveira, R. S. (2007). “A Cimeira União Europeia-África: problemas e perspectivas”. *Revista Relações Internacionais*.

Quadir, F. (2013). *Rising Donors and the New Narrative of ‘South-South’ Cooperation: what prospects for changing the landscape of development assistance programmes?*. *Third World Quarterly*, 34(2).

Queirós, A. S. (2018). *A Economia Socialista de mercado da China e nova Rota da Seda para a Paz - O Socialismo com características Chinesas*. Simões & Linhares, Lda.

Ramo, J. C. (2004). *The Beijing Consensus*. Foreign Policy Centre.

Rosa, I. (2015). *Emerging countries: fading dichotomy in development cooperation*. Instituto Diplomático.

Rotberg, R. J. (2008). *China into Africa. Trade, Aid, and Influence*. Brookings Institution.

Rotberg, R. J. (2013). *Africa Emerges - Consummate Challenges, Abundant Opportunities*. Polity Press.

Schiere, R., Ndikumana, L., & Walkenhorst, P. (2011). *China and Africa: an emerging partnership for development?*. African Development Bank.

Southall, R. (2009). *Scrambling for Africa? Continuities and discontinuities with formal imperialism. A new scramble for Africa*. University of KwaZulu-Natal Press.

The Observatory of Economic Complexity. (2019). “China – country profile”. [Online] Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn/> [Acesso em: 12/08/2019].

Thibault, H. & Leplâtre, S. (2018). “Le capitalisme selon Xi Jinping”. *Le Monde*. [Online] Disponível em: https://www.lemonde.fr/economie/article/2018/05/06/le-capitalisme-selon-xi-jinping_5295095_3234.html [Acesso em: 12/08/2019].

Tindemand, T. & Brems, D. (2016). *Post-Cotonou: Preliminary Positions of EU Member States*. European Centre for Development Policy Management.

UNCTAD. (2010). *Africa-South Cooperation: Initiatives, Patterns and Challenges*. Africa Report 2010.

UNCTAD. (2018). *The Djibouti City - Addis Ababa Transit and Transport Corridor: Turning Diagnostics into Action*. United Nations Conference on Trade and Development

UNIDO. (2018). *Industrial park development in Ethiopia - case study report*. UNIDO. WP 21/2018.

Wissenbach, U. (2008). “The EU, China and Africa: Global governance through functional multilateralism”. *Studia Diplomatica*. No. 4.

Xiaoyang, T. (2019). *Chinese Manufacturing Investments and Knowledge Transfer: A Report from Ethiopia*. China-Africa Research Initiative, School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University. Working Paper No. 2019/24.

Zhang, Y., Gu, J., & Chen, Y. (2015). *China’s engagement in international development cooperation: The State of the Debate*, IDS Evidence Report no. 116.

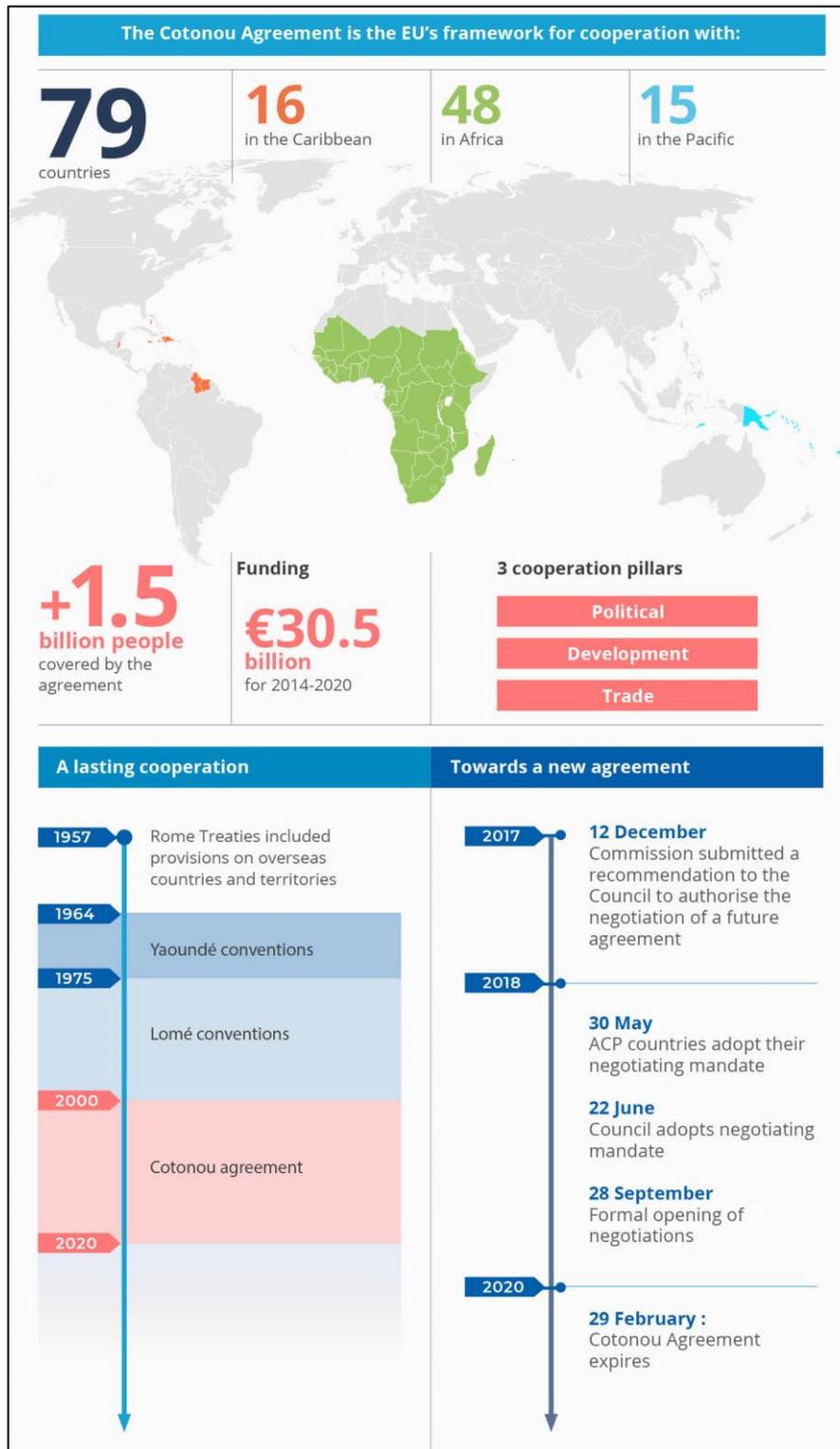
ANEXOS

Anexo I - Quadro geral da cooperação da UE com África - convenções e acordos.

ANO	AÇÕES	OBJETIVOS
1964 1975	Convenções de Yaoundé I e II	Edificar novas infraestruturas Apoio para o setor agrícola Incentivo à industrialização Criação de instrumentos de cooperação financeira e técnica Eliminação gradual de tarifas sobre produtos exportados
1975	Acordo de Georgetown	Criação do grupo de países ACP (55 países - à data) Necessidade de mais coerência na Cooperação para o Desenvolvimento
1975 2000	Convenções de Lomé I, II, III e IV	Liberalização de produtos provenientes ACP: STABEX Desenvolvimento do setor industrial Igualdade entre países parceiros Respeito pela soberania nacional Direitos Humanos e boa governação
2000 2020	Acordo de Cotonu	Acordo em condições de igualdade Os países ACP determinam as suas próprias políticas de desenvolvimento A cooperação não é da exclusividade dos governos: os parlamentos, as autoridades locais, a sociedade civil, o setor privado e os parceiros económicos e sociais também desempenham o seu papel; As modalidades e prioridades da cooperação são adaptadas em função de aspetos como o nível de desenvolvimento dos países; Redução da pobreza e, a prazo, a sua erradicação; Integração progressiva dos países ACP na economia mundial;
2007	Estratégia Conjunta África - UE	Ultrapassar o âmbito da cooperação para o desenvolvimento, alargando as relações entre África e a UE a temas de interesse político comum; Ir além das questões exclusivamente africanas, respondendo eficazmente aos desafios globais, como a migração, as alterações climáticas, a paz e a segurança; Apoiar as aspirações de África, a fim de incentivar respostas de âmbito regional e continental a estes importantes desafios; Trabalhar no sentido da instituição de uma parceria centrada nas pessoas, assegurando uma maior participação dos cidadãos africanos e europeus.

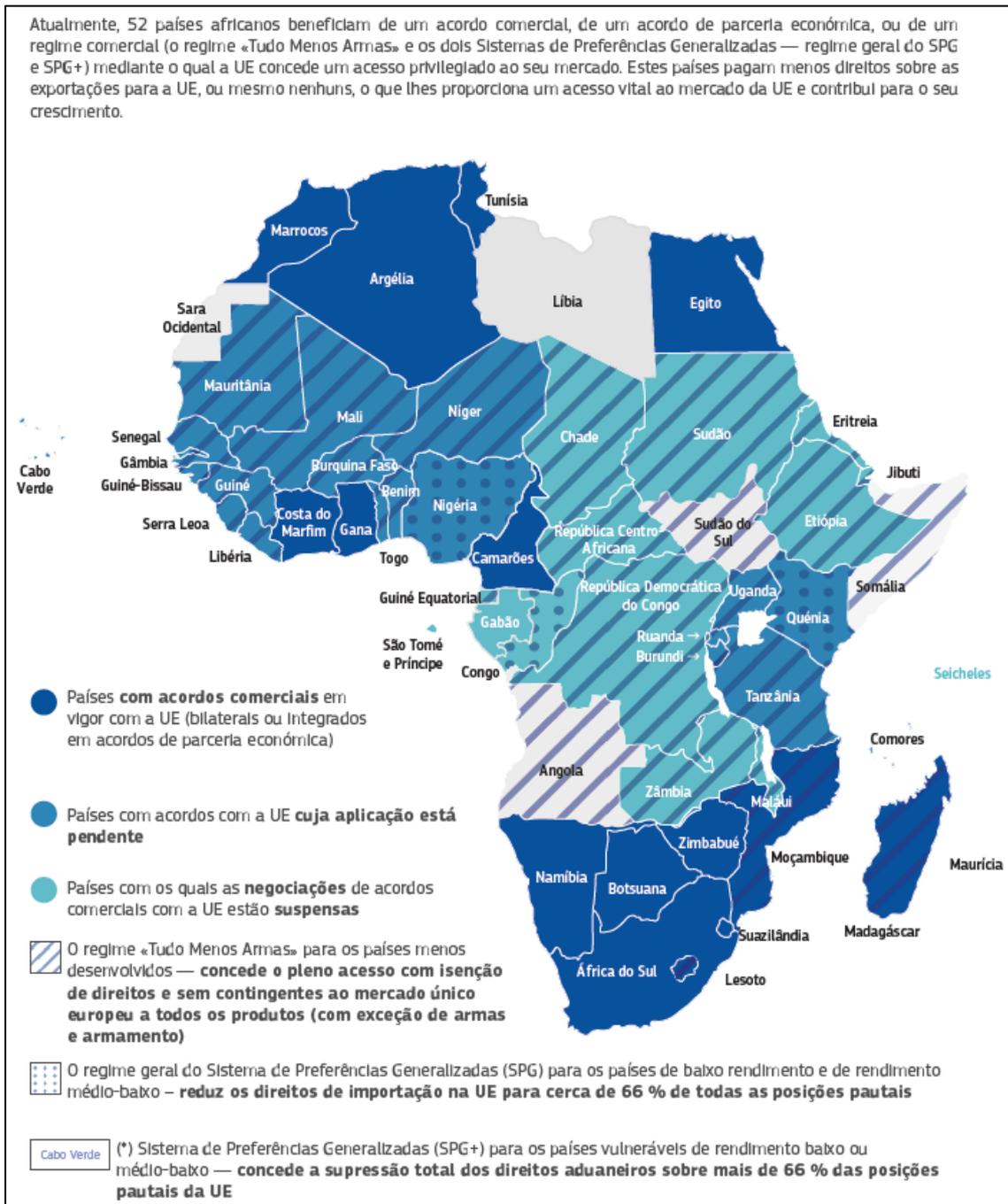
Fontes: Centro de Informação Europeia Jacques Delors - Glossário (março 2019) e Parlamento Europeu: Fichas temáticas sobre a União Europeia - Relações Externas: África (abril 2019).

Anexo II - Cronologia das relações da UE com os países ACP.



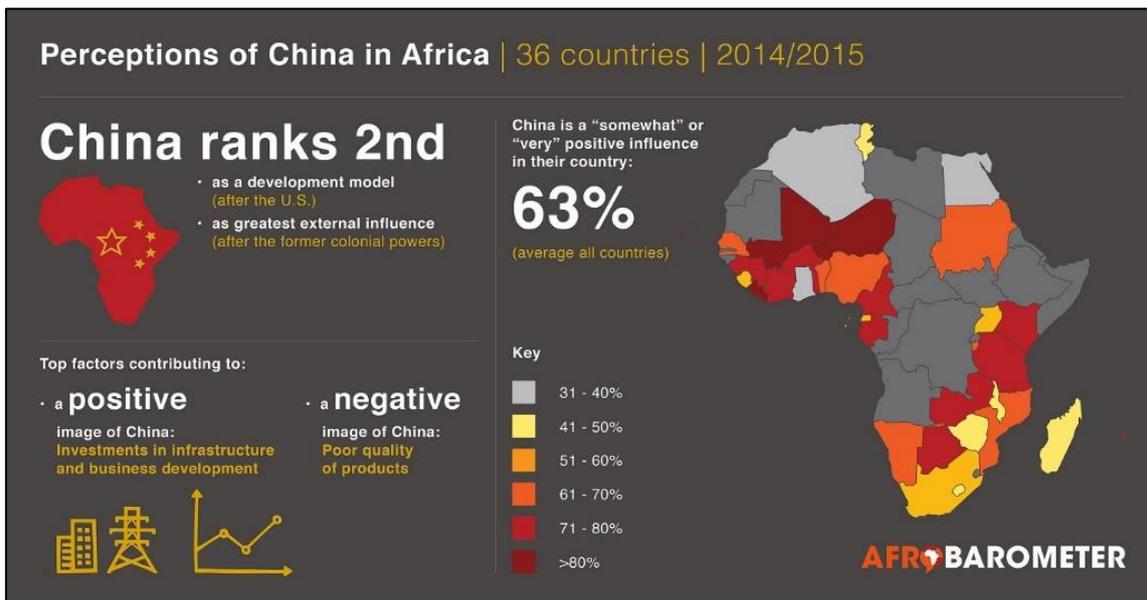
Fonte: Conselho Europeu, 2018.

Anexo III - Acordos comerciais, convénios e regimes em vigor entre África e a UE.



Fonte: Comissão Europeia, 2018.

Anexo IV - Perceção da China em África.



Fonte: Afrobarometer, 2016.

Anexo V – Metas seleccionadas do GTP II (2015-2020).

No.	Sector/ Indicator	Unit of measurement	Baseline year (2014/15)	Plan targets (2019/20) ²
1.	Macroeconomic indicators			
1.1	The Macro Economy			
	Real GDP Growth Rate	percent	10.2	11.00
	Agriculture and Allied Sectors Growth rate	percent	6.4	8.0
	Industry Sector Growth rate	percent	23.5	20
	Manufacturing Growth rate	percent	21.4	21.9
	Service sector Growth rate	percent	10.2	10
	Per capita income @CMP	Us dollar	691	1,177
	Gross Domestic Investment as share of GDP	percent	39.3	41.3
	Gross Domestic Saving as share of GDP	percent	21.8	29.6
	Export of Goods and non-factor Services as share of GDP	percent	9.7	20.6
	Import of Goods and non-factor Services as share of GDP	percent	27.1	32.3
	Resource gap as a share of GDP	percent	-17.4	-11.7
1.2	public finance			
	Domestic Revenue as share of GDP @CMP	percent	15.0	19.1
	Tax Revenue as share of GDP @CMP	percent	13.3	17.2
	Total Expenditure as share of GDP @CMP	percent	18.5	22.6
	Capital Expenditure as share of GDP @CMP	percent	9.4	13.4
	Recurrent Expenditure as share of GDP @CMP	percent	9.1	8.7
	Total Poverty-oriented Expenditure as share of GDP	percent	12.3	15.4
	Budget Deficit as share of GDP (@Market Price)	percent	-2.5	-3.0
1.3	Poverty and Welfare			
	Total Poverty Head count	percent	23.4 ³	16.7
1.4	Population and development			
	Total Unemployment Rate	percent	4.1	3.5
	Urban unemployment rate	percent	16.1	12.2
	Total Dependency Ratio	Per100	77	70
1.5	Financial Sector			
	Number of Bank Branches	Number	2868	5,736
	Share of Kebeles launching micro finance institutions from total rural kebeles	percent		50
1.6	Export			
	Manufacturing Export Revenue as share of GDP	percent	0.6	3.0
	Agricultural production Export Revenue as share of GDP	percent	3.6	6.5
	Manufacturing Export as share of Total Merchandise Export Value	percent	12.5	25.6
	Merchandise Export as Share of GDP @ CMP	percent	4.9	11.8
1.7	Productivity, quality and competitiveness			
	labor force employed in agriculture and allied sectors	Number	31,752,000	33,371,573
	Share of agriculture and allied sectors employment from total employment	percent	74	68
	Productivity per worker in the agricultural and allied sectors	GVA/ worker	8437	11771
	labor force employed in medium and manufacturing sector	Number	380,000	757,600
	Share of medium and manufacturing sector employment from total employment	percent	0.9	2
	Productivity per worker in medium and large scale manufacturing sectors	GVA/worker	68,158	91,869

² Growth rates are annual average rates for the period 2015/16-2019/20

³ Estimate based on Growth Elasticity of poverty reduction

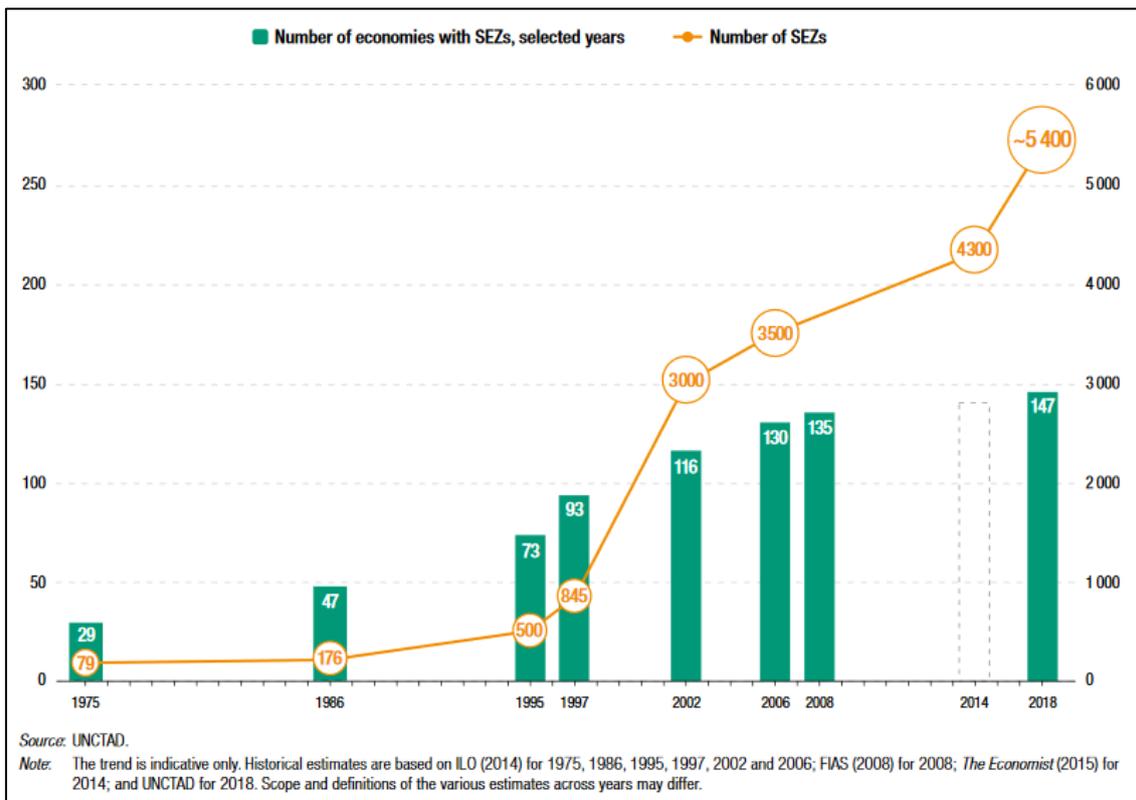
No.	Sector/ Indicator	Unit of measurement	Baseline year (2014/15)	Plan targets (2019/20) ²
2.	Agriculture and Rural Transformation			
	Share of Agriculture and allied Sectors to GDP	percent	38.5	33.5
2.1	Crop Production and Productivity			
	Major Crops Production	Mln/qt	270.3	406
	Major Crops productivity	qt/ha	21.5	27.3
	Cane Productivity	qt/ha	29.0	42.64
	Cereals productivity	qt/ha	21.1	31
	Pulses productivity	qt/ha	17.2	23
	Oil seeds productivity	qt/ha	9	12.7
	Coffee productivity	qt/ha	7.48	11.0
	Coffee production	1000tons	420	1,045.05
2.2	Natural Resource Conservation and Utilization			
	Area of Land Rehabilitated	Mln/ha	10.86	22.5
	Area of Land developed with community based water shade development Program	Mln/ha	12.162	41.35
	Area of Land developed with modern small scale irrigation schemes	Mln/ha	2.3	4.1
2.3	Food Security, Disaster Prevention and Preparedness			
	Food Reserve to enhance disaster prevention capacity	Thnd/tons	405	1,500
	Farmers beneficiaries of productive safety net program	Mln/number	3.4	8.3
	Household headed farmers that graduated from productive safety net program	Mln/number	0.049	1.0
2.4	Agricultural Input Supply and Utilization			
	supply of Improved seeds	Millionquintal	1,873,778	3,559,924
	supply of Chemical Fertilizers	Metric/tons	1,223,309	2,062,106
2.5	Agriculture extension service			
	Total number of farmers receiving extension service	Thnd/number	10090	16776
	Male headed farming households received extension service	Thnd/number	7,854	9,674
	Female headed farming households received Extension service	Thnd/number	3,927	5,325
	Total number of pastoralists received extension service	Thnd/number	510	892
	Male headed pastoral households received extension service	Thnd/number	308	502
	Female headed pastoral households received Extension service	Thnd/number	153	267
	Proportion of Rural women farmers who benefited from extension service.	percent	20	30
2.6	Climate Resilient Green Economy Development			
	share of projects/programs that passes through social and environment impact assessment	percent	100	100
	Forest Coverage	percent	15.5	20
	Reduced GHG emission	Mln/Metric tons		147
3.	Industry			
	Share of Industry in GDP	percent	15.1	22.3
	Share of Manufacturing industry in GDP	percent	4.8	8.0
	Share of Medium and Large scale Manufacturing industry in GDP	percent	3.8	5.9
	Employment opportunities created by medium and large manufacturing industry	Number	380,000	758,000
4	Infrastructure Development			
4.1	Road			
	Length of all-weather roads	Km	110,414	220,000
	Average time taken to reach all- weather roads	hour	1.7	0.8

No.	Sector/ Indicator	Unit of measurement	Baseline year (2014/15)	Plan targets (2019/20) ²
	Areas Further than 5 km from all-weather roads	percent	33.6	13.5
	Roads in acceptable (fair + good) condition	percent	70	80
	Ratio of Paved roads	percent	13	16
	Road density	km/1000km ²	100.4	200
	Road density	km/1000population	1.2	2.3
4.2	Energy			
	Electricity service coverage	percent	60	90
	Power generating capacity	MW	4,180	17,347
	Length of distribution lines construction	Km	16,018	21,728
	Customers with access to electric power service	Mln/number	2.31	6.955
	Annual per capita electricity consumption	GWS	86	1,269
4.3	Telecommunication			
	Telephone density (Fixed Lines)	percent	0.92	54.0
	Telephone subscribers (Fixed Lines)	Mln/number	0.837	10.4
	Mobile telephone subscribers	Mln/number	38.8	103.6
	Internet service subscribers	Mln/number	9.4	56.0
	Mobile telephone coverage	percent	43.9	100
	Broad band internet and data service subscribers	Mln/number	1.59	39.1
	Narrow band internet and data service subscribers	Mln/number	8	16.9
4.4	Water			
	Overall potable water supply coverage as per GTPII standards	percent	58	83
	Rural potable water supply coverage as per GTPII standards	percent	59	85
	Urban Potable water supply coverage as per GTPII standards	percent	51	75
	Area of land developed with large and medium irrigation schemes	ha	658,340	954,000
4.5	Transport and Logistics Service			
	Logistics performance index	Number	2.59	3.07
	Average time spent across borders for imported goods	Day	40	3
	Share of logistics expenditure in GDP	percent	30	22
	General cargo carried by multi-modal transport system coverage	percent	35	90
	Inland packed export goods freight vessels	percent	7	100
	Fatality rate per 10,000 vehicles	Number	60	27
5	Urban development, Housing and Construction			
	Jobs opportunity created through urban productive safety net program	Number		717,114
	Urban food insecure communities that get direct support	Number		1,017,056
	Urban residential houses constructed	Number	174,190	750,000
	Green area development and public recreation land utilization coverage	percent		30
	industrial parks	Number	2	7
6	Construction industry			
	Improved and cost saving construction inputs and technologies	Number		30
	Internationally competitive contractors	Number	41	100
	Internationally competitive consultants	Number	35	50
	Proportion of construction inputs supplied through domestic manufactures	percent	0	80
7.	Human Resource Development			
7.1	Education and Training			
	Pre-primary school gross enrollment rate	percent	39	80
	Net primary school(1-8) enrollment	percent	96.9	100

No.	Sector/ Indicator	Unit of measurement	Baseline year (2014/15)	Plan targets (2019/20) ²
	Primary school 1st cycle(1-4) gender diversity ratio	percent	0.93	0.99
	Secondary School 1st cycle(9-10) gross enrollment rate	percent	40.5	79
	Secondary School 2nd cycle(11-12) gross enrollment rate	percent	11.12	12
	Primary school special need enrollment rate	percent	4.4	15
	Adult education participation rate	percent	74.4	100
	Share of 1st cycle(1-4) primary school certified teachers	percent	71.37	95
	Share of 2nd cycle(5-8) primary school certified teachers	percent	71.37	95
	Primary school(1-8) completion rate	percent	52.2	74
	Share of 1st and 2nd cycle (9-12) high school certified teachers	percent	87.3	100
	grade one drop-out rate	percent	18	5
	Number of TVET trainees	Number	238,584	606,142
	Number of TVET institutions	Number	1,329	1,778
	Undergraduate program admission capacity	Number	755,244	1,106,287
	Proportion of Female students in under graduate program	percent	32	45
7.2	Health			
	Health service coverage	percent	98	100
	Under five mortality rate per 1000 live births	Number	64	30
	Infant mortality rate per 1000 live births	Number	44	20
	Maternal mortality rate per 100000 live births	Number	420	199
	Neonatal mortality rate per 1000 live births	Number	28	10
	Life expectancy	Year	64	69
	Contraceptive prevalence rate (CPR)	percent	42	55
	Deliveries attended by skilled health personnel	percent	60.7	90
	Stunting rate	percent	40	26
	Wasting rate	percent	9	4.9
	Pentavalent 3 vaccination coverage	percent	94	98
	Male and female headed households with access to improved toilet facility coverage	percent	28	82
	HIV/AIDS incidence rate	percent	0.03	0.01
	Households using iodized salt coverage	percent	15	80

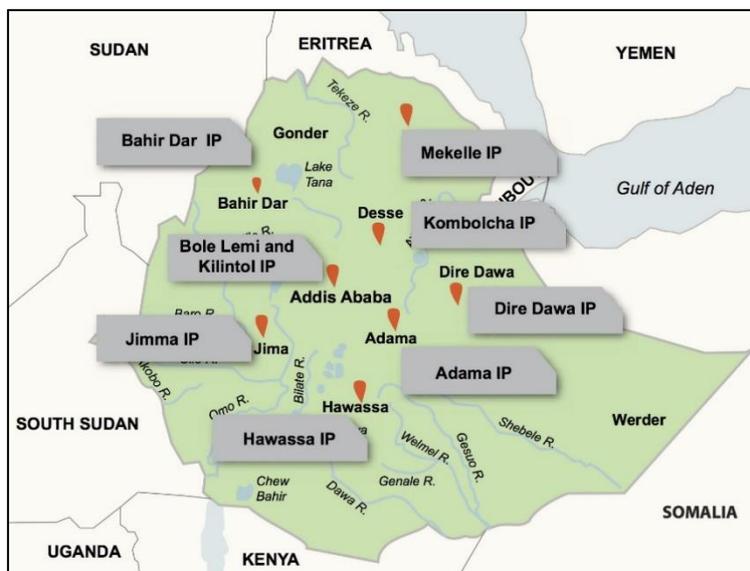
Fonte: Growth and Transformation Plan II (2015-2020), Federal Democratic Republic of Ethiopia, 2018.

Anexo VI – Evolução mundial das Zonas Económicas Especiais entre 1975 e 2018.



Fonte: UNCTAD, 2018.

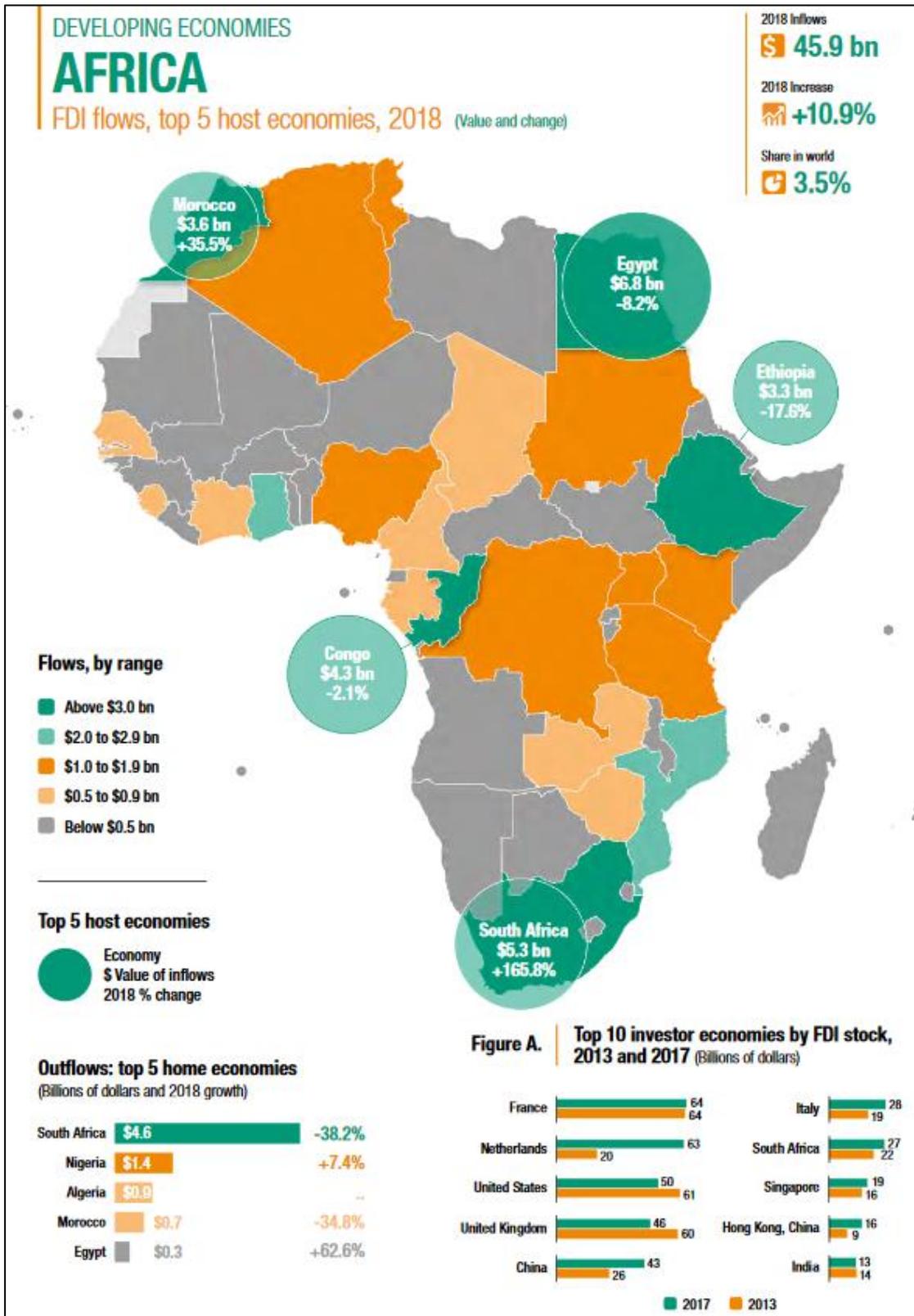
Anexo VII – Distribuição dos parques indústrias federais da Etiópia.



No	Name	Location	Main industry	Progress	Size
1	Bole Lemi Industrial Park I	Addis Ababa	Garment	Operational	157ha
2	Hawassa Industrial Park	SNNPR	Garment	Operational	400ha (100ha in phase I)
3	Mekele Industrial Park	Tigray	Garment	Under construction	1000ha (75ha in phase I)
4	Kombolcha Industrial Park	Amhara	Garment	Under construction	750 ha (75ha in phase I)
5	Jima Industrial Park	Oromia	Garment	Decided contractor	1000ha (75ha in phase I)
6	Adama Industrial Park	Oromia	Assembling, garment, food	Under construction	2000ha(365ha in phase I)
7	Bole Lami Industrial Park II	Addis Ababa	Garment	Decided contractor	170ha
8	Kilinto Industrial Park	Addis Ababa	Pharmaceutical, medical equipment	Decided contractor	279ha
9	Dire Dawa Industrial Park	Dire Dawa	Assembling, garment, food	Decided contractor	4000ha (150ha in phase I)
10	Bahir Dar Industrial Park	Amhara	Garment	Planning stage	1000ha (75ha in phase I)
11	Arerti Industrial Park	Amhara	Construction products, home appliance	Planning stage	100 ha
12	Debre Birhan Industrial Park	Amhara	-	Planning stage	
13	Aysha Industrial Park	Somali	-	Planning stage	
14	Airline and logistics Park4	Addis Ababa	Transportation	Planning stage	
15	Addis Industrial Village5	Addis Ababa			80ha
16	Modjo Leather City	Oromia	Leather	Planning stage	

Fonte: Industrial Parks Development Corporation, 2016.

Anexo VIII – Mapa do investimento direto estrangeiro em África em 2018.



Fonte: UNCTAD, 2019.